



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

BALANÇO

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade

&

“Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis”

SEDAM

Informações Gerais

Esta Entidade Secretária de Estado de Desenvolvimento Ambiental, domiciliada à Avenida Farquar, nº 2986, Bairro: Pedrinhas, Edifício: Rio Cautário CNPJ: 63.752.604/0001-04 integra o Poder Executivo, ente da esfera estadual. As competências desta Entidade SEDAM são regidas pela Lei Complementar nº 42 de 19 de março de 1991 alterada pela Lei Complementar nº 827 de 15 de julho de 2015 e pela portaria 278 GAB SEDAM que abrangem essas funções e atividades primordiais: desenvolvimento ambiental rural e urbano, fiscalização e normatização de atividades relacionadas com a qualidade de vida do ambiente e dos recursos naturais, conforme art. 88.

Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) representam o conjunto consolidado e sintetizado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade pública, com objetivo de retratar a saúde financeira, relatórios de saídas, base para análise e tomada de decisão por parte dos usuários da informação contábil. Sua estrutura está contida nos anexos da Lei 4.320/1964, onde foi alterada pela Portaria STN 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, convergentes aos padrões internacionais de contabilidade.

As demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição, juntamente com a Lei nº 4.320/1964, que no seu art. 101, descreve o conjunto de relatórios contábeis que deverão ser apresentados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades do setor público e a Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Destaque especial para a publicação da Portaria nº 14 de 20 de janeiro de 2023 a qual aprova a 6ª edição do Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis - MCDC/COGES-RO, disponibilizada eletronicamente no endereço: http://contabilidade.ro.gov.br/data/uploads/2022/02/SEI_ABC-0023963432-Portaria.pdf, composta por:

Apresentação - Aspectos Iniciais e Síntese das Alterações;

Balanço Orçamentário- Anexo 12 da lei. 4.320

Balanço Patrimonial (BP)- Anexo 14 da Lei n 4.320 64

Demonstração das Variações Patrimoniais(DVP) Anexo 15 da lei. 4.320

Balanço Financeiro- Anexo13 da lei 4.320

Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demais Anexo da lei 4.320 64.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A Contabilidade Geral do Estado – COGES, nos termos da Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, que dispõe sobre a transformação da Superintendência Estadual de Contabilidade – SUPER em Contabilidade Geral do Estado – COGES; vem buscando atender à legislação nacional, no que diz respeito ao cumprimento das normas financeiras estabelecidas, em especial pela Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e o Manual de Contabilidade Pública Aplicado ao Setor Público 9ª Edição, como também primar pela execução financeira, orçamentária e patrimonial de forma eficiente e responsável.

Através da Portaria nº 14 de 20 janeiro de 2023, foi aprovado a 6ª edição do Manual de Análises e Procedimentos Contábeis- MCDC/COGES-RO, para o Encerramento do Exercício, disponibilizado através do site <http://www.contabilidade.ro.gov.br> com objetivo de orientar as unidades gestoras sobre os procedimentos a serem executados para o encerramento do exercício financeiro e abertura do ano seguinte, proporcionando maior transparência das informações, além de padronizar e simplificar os procedimentos contábeis em todo o Estado, servindo como fonte de consulta para os profissionais de contabilidade, de auditoria e demais profissionais da gestão administrativa e financeira dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e, inclusive, dos Fundos Especiais.

Dentre as práticas adotadas na classificação contábil, observa-se a essência sobre a forma e a moeda utilizada nos registros e nas transações é o real, moeda oficial do Brasil.

As demonstrações contábeis originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão equiparadas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, a taxa câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC TSP 04/2016. O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem.

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes.

Os procedimentos de reavaliação e de redução ao valor recuperável de bens adquiridos e postos em operação foram regulamentados pelo Manual de Procedimentos Contábeis Especiais – Parte II, disponível no sítio www.transparencia.ro.gov.br (aprovado pela Portaria nº. 208/GAB/SEFIN/2014) e o SIGEF já se encontra preparado para os lançamentos. Quanto a determinados bens que sejam depreciados a taxas diferentes, em função de suas características, devendo também essa particularidade ser evidenciada em notas explicativas.

O Estado de Rondônia optou por registrar patrimonialmente como Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, os créditos oriundos da conversão de penas alternativas em pecúnia.

Os restos a pagar não processados, quando liquidados, alteram o status para restos a pagar não processados liquidados de exercícios anteriores, uma vez que estes devem compor o quadro de “Processados”, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 9ª Edição. Já os créditos em liquidação são considerados como restos a pagar não processados, uma vez que, ainda não se deu a devida liquidação.

O Estado adota a política contábil considerando a retenção como paga apenas na baixa da obrigação.

O Sistema Contábil utilizado para execução orçamentária, financeira e patrimonial que resultaram nos demonstrativos contábeis e que estão dispostas como as bases propostas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP é o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. Os demonstrativos estão conforme os padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e pelas Demonstrações exigidas pela Norma Brasileira de Contabilidade.

A SEDAM integra o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Governo de Rondônia – SIGEF. As Demonstrações Contábeis estão de acordo com o art. 35 da Lei 4.320/64. O regime contábil adotado na Contabilidade Pública é o regime misto, de Caixa para as receitas e de Competência para as despesas orçamentárias, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nela legalmente empenhadas.

O SISTEMA CONTÁBIL durante o exercício de 2022 utilizou o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/ RO para execução orçamentária, financeira e patrimonial que resultaram nos demonstrativos contábeis em conformidade com as bases propostas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª Edição – MCASP.

REMESSAS MENSAS, TRANSMITIDAS PELA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, VIA SISTEMA INTEGRADOS DE GESTÃO E AUDITORIA PÚBLICA - SIGAP. Em atenção aos seguintes dispositivos legais: art. nº 53 da Constituição do Estado de Rondônia que dispõe sobre a apresentação, pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, de balancetes mensais à Corte de Contas Estadual; Instrução Normativa nº 72/TCER/2020 que dispõe sobre a remessa eletrônica mensal de informações ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia de informações e documentos por parte das Administrações Públicas Municipais e Estaduais do Estado de Rondônia; Resolução nº 328/2020/TCE-RO que regulamenta a Instrução Normativa nº. 72/2020/TCE-RO, para o exercício de 2022 e o Decreto nº 26.020 de 19 de abril de 2021 que disciplina a remessa eletrônica mensal de informações, instituída pela Instrução Normativa nº 72/TCER/2020, de 19 de outubro de 2020, regulamentada pela Resolução nº 328/2020/TCE-RO, de 06 de novembro de 2020. Apresentamos a relação dos Identificadores do SEI em que constam os recibos de entrega de remessas mensais, transmitidas, via SIGAP, dos módulos: Contábil, Pessoal Orçamentário, Obras e Contratos, referente aos meses de janeiro a dezembro de 2022 de Administração Direta do Estado de Rondônia, onde estão inclusas as informações da SEDAM:

MÊS DE REFERÊNCIA	ID PROTOCOLO DE ENTREGA TCE-RO
JANEIRO	0024548472
FEVEREIRO	0027734632
MARÇO	0028714174
ABRIL	0029214799
MAIO	0030088427
JUNHO	0031764216
JULHO	0031868694
AGOSTO	0032620041
SETEMBRO	0033354252
OUTUBRO	0034103242
NOVEMBRO	0034857933
DEZEMBRO	0088.067634/2022-43

Fonte: Processo SEI [0088.067634/2022-43](#)

Declaração Conformidade

Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal -(Balancetes: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido), regidas pela Lei Complementar nº 4.320, de 1964, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11 relativos ao exercício de 2022, representam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade gestora.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local: Porto Velho - RO

Data: 15/03/2023.

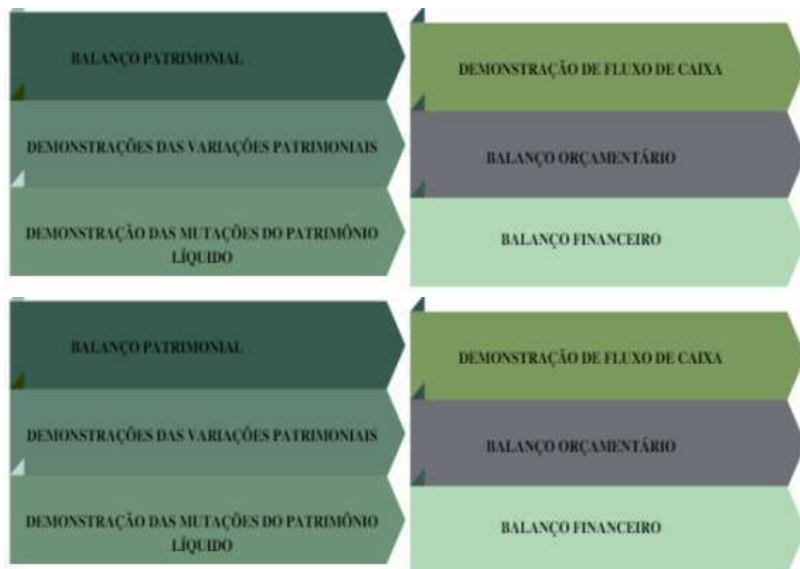
Contador Responsável: ROSICLEY TAVARES NASCIMENTO NERY

CRC nº RO-006290/O-0

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade, no setor público. Devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão, prestação de contas e responsabilização (accountability) quanto aos recursos que lhe foram confiados.

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) aprovadas pela Parte V do MCASP 9ª Edição:



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS - SEDAM - EXERCÍCIO 2022

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	2.835.392,00	4.670.624,40	1.835.232,40
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	1.835.232,40	1.835.232,40
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	2.835.392,00	2.835.392,00	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	7.982.170,43	8.816.952,07	834.781,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	7.982.170,43	8.816.952,07	834.781,64
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	10.817.562,43	13.487.576,47	2.670.014,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	10.817.562,43	13.487.576,47	2.670.014,04
DEFICIT (VI)	-	-	40.302.467,36	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	10.817.562,43	53.790.043,83	2.670.014,04

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal(SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	17.171.225,58	6.919.184,17	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	17.171.225,58	6.919.184,17	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	33.477.911,00	45.380.054,51	43.278.361,44	34.557.617,20	34.556.283,76	2.101.693,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.372.903,00	29.287.784,60	29.285.947,33	29.285.947,33	29.284.613,89	1.837,27
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.105.008,00	16.092.269,91	13.992.414,11	5.271.669,87	5.271.669,87	2.099.855,80
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	1.143.968,00	21.149.748,06	10.511.682,39	6.334.787,53	6.334.787,53	10.638.065,67
INVESTIMENTOS	1.143.968,00	21.149.748,06	10.511.682,39	6.334.787,53	6.334.787,53	10.638.065,67
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	34.621.879,00	66.529.802,57	53.790.043,83	40.892.404,73	40.891.071,29	12.739.758,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	34.621.879,00	66.529.802,57	53.790.043,83	40.892.404,73	40.891.071,29	12.739.758,74
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	34.621.879,00	66.529.802,57	53.790.043,83	40.892.404,73	40.891.071,29	12.739.758,74
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f) = (a + b - d - e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)				
DESPESAS CORRENTES	145.773,03	2.028.327,53	804.595,17	804.595,17	1.156.877,84	212.627,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	145.773,03	2.028.327,53	804.595,17	804.595,17	1.156.877,84	212.627,55
DESPESAS DE CAPITAL	51.308,17	1.286.183,67	200.556,16	200.556,16	1.131.869,62	5.066,06
INVESTIMENTOS	51.308,17	1.286.183,67	200.556,16	200.556,16	1.131.869,62	5.066,06
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	197.081,20	3.314.511,20	1.005.151,33	1.005.151,33	2.288.747,46	217.693,61

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	144.365,10	144.365,10	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	144.365,10	144.365,10	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	144.365,10	144.365,10	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

O Balanço Orçamentário, Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320 de março de 1964, é a demonstração contábil que deve ser elaborada pela administração pública onde discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando os valores previstos e fixados com os efetivamente executados, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.268/09), estruturado para evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

As Receitas Orçamentária são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, onde as fontes de recursos utilizadas em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Essas receitas transitam pelo patrimônio da secretaria, aumentam-lhe o saldo financeiro. As Despesas Orçamentária são valores que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial.

Resultado Orçamentário: seguindo o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o regime orçamentário observa que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente, empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado.

O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas à (fim) de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário, enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita apresentam os valores correspondentes às receitas próprias ou decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas. Além de indicar o resultado orçamentário pela comparação entre a receita arrecadada e a despesa empenhada em linha própria, o demonstrativo ainda evidencia, após a linha "Total" do quadro da receita, a parcela do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do ano anterior, utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, bem como, o montante utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos especiais e extraordinários, com o nome de "SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES".

O Balanço Orçamentário demonstra a execução orçamentária em um determinado exercício, apresentando um resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit). No entanto, em função da utilização, no exercício de referência, do superávit financeiro de exercícios anteriores, identificado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, para abertura de créditos adicionais, o Balanço Orçamentário poderá demonstrar uma situação distinta. Ocorre um desequilíbrio aparente porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte dos itens do Balanço Orçamentário que integram o cálculo do resultado orçamentário.

O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi no exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada e constata-se que toda despesa a ser executada está amparada por uma receita prevista a ser arrecadada no exercício. No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela Lei Orçamentária. Da utilização desse recurso em diante o Balanço Orçamentário passa a demonstrar um desequilíbrio que reflete as regras de contabilização no setor público, ou seja, o reconhecimento da receita no momento da arrecadação e o reconhecimento da despesa no momento do empenho. Com base no exposto, o Balanço Orçamentário definido proporcionalmente ao usuário de suas informações a possibilidade de analisar o seu resultado, confrontando-o com o superávit financeiro de exercícios anteriores, pois apresenta a linha saldos de exercícios anteriores.

O Balanço Orçamentário da Unidade Gestora 180001 – SEDAM, encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Quadro Principal;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processado.

O Quadro Principal apresentará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e é formado por duas seções: quadro da receita e quadro da despesa. As receitas e despesas serão apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também será utilizada complementarmente à classificação por natureza. Em conexo, as receitas deverão ser informadas pelos valores líquidos das

respectivas deduções. O quadro da receita é desdobrado em cinco colunas de informação e evidência a receita orçamentária, especificando a categoria econômica, a origem, e a espécie da receita, sendo que, para cada 'item', é apresentado o valor da previsão inicial, da previsão atualizada, da receita atualizada e o saldo entre a receita realizada e a previsão atualizada.

O quadro da despesa é desdobrado em sete colunas de informação e evidência a despesa orçamentária, especificando a categoria econômica e o grupo de natureza de despesa, sendo que, para cada 'item', é apresentado o valor da dotação inicial, da dotação atualizada, da despesa empenhada, da despesa liquidada, da despesa paga e o saldo da dotação.

NOTA 1-ORÇAMENTO

Da dotação orçamentária esta unidade Gestora 180001 teve sua receita estimada e despesa fixada para o Exercício de 2022 mediante aprovação da Lei nº 5.246 DE 10 DE JANEIRO DE 2022 – Lei Orçamentária Anual, publicada – Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 6.1 Disponibilização: 10/01/2022.

NOTA 2-RECEITA

A previsão de receita inicial e atualizada perfizeram o montante de R\$ 10.817.562,43,. Cumpre salientar que a receita realizada perfizer o valor de R\$ 13.487.576,47,sendo composta por Receita Corrente de R\$4.670.624,40 e Capital de R\$ 8.816.952,07.

Apresentamos abaixo quadro com o detalhamento da arrecadação por fontes:

Demonstrativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Subtotal por UG Exercício 2022

UNIDADE: 180001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental

180001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambie						
Fonte	Nomenclatura	Orcada	Previsao Atualizada	Arrecadada no Mes	Arrecadada Ate o Mes	
100100000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	1.060,69	12.258,50	
216000000	1759990100 Demais Transferências de Outras Instituições	0,00	2.835.392,00	0,00	0,00	
216000000	2419990100 Outras Transferências De Recursos da União e	0,00	7.982.170,43	0,00	0,00	
216100000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	148.086,87	1.263.910,36	
216100000	1759990100 Demais Transferências de Outras Instituições	0,00	0,00	0,00	2.835.392,00	
216100000	2414990100 Outras Transferências de Convênios da União e	0,00	0,00	0,00	834.781,64	
216100000	2419990100 Outras Transferências De Recursos da União e	0,00	0,00	0,00	7.982.170,43	
232000000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	23.626,34	559.001,03	
256000000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	0,00	0,00	
110000000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	0,00	62,51	
1100100000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	(32,39)	0,00	
	Total UG - 180001	0,00	10.817.562,43	172.741,51	13.487.576,47	
	Total Consolidado	0,00	10.817.562,43	172.741,51	13.487.576,47	

FONTE: SISTEMA DIVE PORT

Observa-se no demonstrativo acima, um superávit na receita, comparando-se a prevista com arrecadada, na ordem de R\$ 2.670.014,04. Deste saldo verificou-se que 1.835.232,40 está registrado na natureza de remuneração de depósitos bancários, ou seja valor de rendimento das contas de investimentos e 8.816.952,07 é receita de capital.

Ainda, a receita realizada em confronto com a despesa empenhada na ordem de R\$ 53.790.043,83 evidencia um déficit na ordem de R\$ 40.302.467,36. Acrescentamos que esta Unidade Gestora não tem natureza arrecadadora, e que as despesas vinculadas a Fonte 0100 são comportadas pelas transferências financeiras realizadas pela Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, nos termos do Decreto 16.883/2012.

E que no quadro de Receitas Orçamentárias constatam-se saldos de exercício anteriores a ordem de R\$ 17.171.225,58 referente crédito adicional por superávit Financeiro, em favor da Unidade orçamentária secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental-SEDAM, para atendimento de despesas correntes e de capital. Deste Montante a receita realizada foi na ordem de R\$ 6.619.184,17.

NOTA 3-DESPESAS

A Despesa Orçamentária desta UG 180001-SEDAM teve dotação inicial na ordem de R\$ 34.621.879,00 e ainda dotação atualizada no montante de 66.529.802,57. As despesas foram executadas no valor de R\$ 53.790.043,83 conforme atividade detalhadas no quadro abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO - 18001 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64 -	
Período: Janeiro a Dezembro de 2022	
PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	
122 - Administração Geral	33.018.041,51
1015 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO	32.950.369,72
2087 - ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	2.606.974,79
2091 - ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS	1.057.447,60
2234 - ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	29.285.947,33
2082 - GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	67.671,79
1492 - REALIZAR CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMAS DAS SEDES DA SE	67.671,79
128 - Formação de Recursos Humanos	262.403,50
1015 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO	262.403,50
2096 - FORMAR, QUALIFICAR E CAPACITAR RECURSOS HUMANOS	262.403,50
541 - Preservação e Conservação Ambiental	408.075,50
2082 - GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	408.075,50
2164 - PROMOVER A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL	408.075,50
542 - Controle Ambiental	20.101.523,32
2082 - GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	20.101.523,32
2229 - PROMOVER A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS	8.884.726,72
2585 - IMPLEMENTAR PROJETO DE INCENTIVO AO REFLORESTAMENTO	296.185,11
2706 - IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS E RESÍDUOS SÓLID	1.093.179,10
2709 - PROTEGER, MONITORAR E CONTROLAR OS RECURSOS NATURAIS	7.657.395,89
2847 - PROMOVER A GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	2.170.036,50
TOTAL	53.790.043,83

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A despesa empenhada perfaz R\$ 53.790.043,83, onde deste montante foram liquidadas R\$ 40.892.404,73 dos quais foram pagos R\$ 40.891.071,29, resultando assim em inscrição de restos a pagar, sendo R\$ 12.897.639,10, em inscrição de restos a pagar não processados e R\$ 1.333,44 em restos a pagar processados.

Nota 4- Demonstrativo de Superávit/Déficit

Conforme previsto no art. 43 da Lei 4.320/1964, o superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerado no cálculo de déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercício anteriores. Apresenta Valores somente nas colunas Previsão atualizada e receita realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para empenho de despesas.

Esta Unidade 180001 SEDAM obteve um resultado superavitário de 10.245.521,17 conforme quadro abaixo:

Fonte_Recurso	Disponibilidade Financeira Bruta	Não Processados de Exercícios Anteriores	Não Processados do Exercício Anterior	Empenhos Liquidados a Pagar	Empenhos não Liquidados	Superávit ou Déficit Financeiro (Antes dos Valores Restituíveis)	Valores Restituíveis	Superávit ou Déficit Financeiro Apurado	Demais Valores em Trânsito	Orçamento Utilizado	Saldo Orçamento	A realizar	Realizado
0100 - Recursos Ordinários	588.980,91	0	19.301	1.333	565.941	2.406	2.406	0	2.041	33.212.773	685.429	2,02%	97,98%
0216 - Recursos De Conv. Com Outras Esferas De Gov. E Ongs Firmados	10.031.246,43	0	0	0	5.433.396	4.597.851	0	4.597.850,68	0	10.817.562	0	0,00%	100,00%
0232 - Compensação Financeira Dos Recursos Minerais	1.211.628,00	0	84.803	0	1.126.825	0	0	0	0	2.840.524	2.229.181	43,97%	56,03%
0300 - Recursos Ordinários	19,60	0	0	0	0	20	0	19,600	0	0	0		
0616 - Recursos De Conv. Com Outras Esferas De Gov. E Ongs Firmados	5.778.039,64	0	0	0	4.542.076	1.235.964	0	1.235.964,05	0	5.509.818	2.840.108	34,01%	65,99%
0632 - Compensação Financeira Dos Recursos Minerais	5.081.277,63	113.590	0	0	692.026	4.275.662	0	4.275.661,96	0	871.990	7.328.010	89,37%	10,63%
1100 - Recursos Ordinários	2.135,23	0	0	0	0	2.135	0	2.135,23	0	0	0		
1300 - Recursos Ordinários	671.265,65	0	0	0	537.376	133.890	0	133.889,65	0	537.376	141	0,03%	99,97%
Total Consolidado	23.364.593	113.590	104.104	1.333	12.897.639	10.349.336	103.813	10.245.521,17	2.041	53.790.044	13.082.869	19,56%	80,44%

Neste quadro abaixo demonstra a fonte 999- extra orçamentária, pois o saldo de R\$ 101.408,68 faz parte do saldo de caixa, totalizando assim os R\$ 23.466.001,77 na disponibilidade de caixa.

Fonte_Recurso	Disponibilidade e Financeira Bruta	Não Processados de Exercícios Anteriores	Não Processados do Exercício Anterior	Empenhos Liquidados a Pagar	Empenhos não Liquidados	Superávit ou Déficit Financeiro (Antes dos Valores Restituíveis)	Valores Restituíveis	Superávit ou Déficit Financeiro Apurado	Demais Valores em Trânsito	Orçamento Utilizado	Saldo Orçamento	A realizar	Realizado
9999 - Fonte Extra-Orçamentária	101.408,68	0	0	0	0	101.408,68	101.406,88	1,80	0	0	0		

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
Receita Orçamentária (I)	13.487.576,47	2.696.281,24
Ordinária	12.321,01	39.194,35
Vinculada	13.475.255,46	2.657.086,89
Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Recursos Vinculados a Convênios	12.916.254,43	2.499.158,68
Outras Vinculações de Recursos	559.001,03	157.928,21
Transferências Financeiras Recebidas (II)	44.063.842,58	34.559.911,84
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	35.715.168,85	25.643.328,76
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	8.348.673,73	8.916.583,08
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	23.032.029,53	9.228.692,06
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	12.897.639,10	3.314.511,20
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.333,44	144.365,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.964.022,05	5.769.815,76
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	169.034,94	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)	21.168.647,91	21.125.079,70
Caixa e Equivalente de Caixa	21.168.647,91	21.112.971,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	12.107,74
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	101.752.096,49	67.609.964,84

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
Despesa Orçamentária (VI)	53.790.043,83	29.371.718,16
Ordinária	33.750.149,22	25.510.669,47
Vinculada	20.039.894,61	3.861.048,69
Recursos Vinculados a Convênios	16.327.380,14	1.336.096,39
Outras Vinculações de Recursos	3.712.514,47	2.524.952,30
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	13.191.345,39	9.533.064,03
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	172.311,20	156.750,73
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	13.019.034,19	9.376.313,30
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	11.304.705,50	7.536.534,74
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	1.005.151,33	1.335.189,98
Pagamento de Restos a Pagar Processados	144.365,10	543.325,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.013.205,27	5.628.927,63
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	141.983,80	29.091,76
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Perdas de Investimentos Temporários	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	23.466.001,77	21.168.647,91
Caixa e Equivalente de Caixa	23.466.001,77	21.168.647,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	101.752.096,49	67.609.964,84

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2022			JANEIRO a DEZEMBRO/2021		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	12.321,01	-	12.321,01	39.194,35	-	39.194,35
Vinculada	13.475.255,46	-	13.475.255,46	2.657.086,89	-	2.657.086,89
Recursos Vinculados a Fundos	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados a Convênios	12.916.254,43	-	12.916.254,43	2.499.158,68	-	2.499.158,68
Outras Vinculações de Recursos	559.001,03	-	559.001,03	157.928,21	-	157.928,21
TOTAL	13.487.576,47	-	13.487.576,47	2.696.281,24	-	2.696.281,24

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Segundo a Lei Federal nº 4.320/64, artigo 103, e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, o Balanço Financeiro demonstra a receita (líquidas das deduções) e despesas orçamentárias, ordinárias e vinculadas, bem como os recebimentos (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de natureza extra, orçamentárias, as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passarão para o exercício seguinte orçamentária. Cabe destacar que o formato do Balanço Financeiro está de acordo com a Lei nº 4.320/1964, conforme a MCASP, em que as receitas e despesas estão evidenciadas por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas. Os Ingressos e os Dispêndios se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios. Receitas e Despesas Orçamentárias Ordinárias compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. Receitas e Despesas Orçamentárias Vinculadas correspondem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem. A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte/destinação de recursos. As fontes/destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extra, orçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

Recebimentos Extra orçamentários compreendem os ingressos não previstos no orçamento, por exemplo:

- ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e
- inscrição de restos a pagar.

É importante destacar o que dispõe o parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal nº 4.320/64: "Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária." Pagamentos Extra orçamentários evidenciam os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo:

- relativos a obrigações que representaram ingressos extra orçamentárias (ex. devolução de depósitos); e
- restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

NOTA 1-RECEITAS

O total das receitas Orçamentária arrecadada no exercício financeiro de 2022, foi de R\$ 13.487.575,47, sendo que R\$ 4.670.624,40 foi o total arrecado de receita corrente, subdividido nos grupos de Receita Patrimonial no valor de R\$: 1.835.232,40 e R\$ 2.835.392,00 foi de transferência corrente.

Controle de Domicílios Bancários por UG e Fonte de Recursos	
UNIDADE: 180001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambie	
ATE O MES: - DEZEMBRO	
0100 Recursos Ordinários	588.980,91
00102757X0000091952	1.001,55
00102757X0000096261	0,00
00102757X0000100005	587.871,35
00102757X0000101206	0,00
00102757X0004001303	108,01
0216 Recursos De Conv. Com Outras Esferas De Gov. E Ongs Firmados Pela Adm.	10.031.246,43
00102757X0000096261	3.297.500,22
00102757X0000096970	6.435.383,33
00102757X0000100145	298.362,88
0232 Compensação Financeira Dos Recursos Minerais	1.211.628,00
00102757X0000100005	1.188.001,66
00102757X0000101206	23.626,34
0256 Cota-Parte Fundo Estadual De Recursos Hídricos - Frh	0,00
00102757X0000091952	0,00
0300 Recursos Ordinários	19,60
00102757X0000100005	0,00
00102757X0004001303	19,60
0616 Recursos De Conv. Com Outras Esferas De Gov. E Ongs Firmados Pela Adm.	5.778.039,64
00102757X0000091952	99.376,25
00102757X0000096261	1.214.316,67
00102757X0000096970	4.431.958,72
00102757X0000100005	3.388,00
00102757X0000100145	29.000,00
0632 Compensação Financeira Dos Recursos Minerais	5.081.277,63
00102757X0000100005	5.081.277,63
00102757X0000101206	0,00
1100 Recursos Ordinários	2.135,23
00102757X0000091952	2.072,72
00102757X0004001303	62,51
1300 Recursos Ordinários	671.265,65
00102757X0000091952	0,04
00102757X0000096970	537.517,10
00102757X0000100005	133.748,51
9999 Fonte Extra-Orçamentária	101.408,68
00102757X0000091952	3.490,35
00102757X0000096261	2.125,01
00102757X0000096970	0,00
00102757X0000100005	93.917,85
00102757X0000101206	1.375,47
00102757X0004001303	500,00
Total Consolidado	23.466.001,77

O recurso no valor de R\$ 11.404.859,15, refere-se a recebimento de recurso federal, oriundo do Banco de Desenvolvimento da Amazônia - BNDS, tratativas em processo 0028.069969/2022-19, distribuído por fonte conforme abaixo;

001 02757X0000096970 0.2.16.000000	R\$ 142.576,69
001 02757X0000096970 0.2.16.100000	R\$ 6.292.806,64
001 02757X0000096970 0.6.16.000000	R\$ 4.431.958,72
001 02757X0000096970 1.3.00.000000	R\$ 537.517,10
TOTAL	R\$ 11.404.859,15

E ainda o valor de R\$ 4.513.941,90 fazem parte deste recurso é fonte proveniente do contrato celebrado com a Agência Nacional de Águas-ANA, com objetivo de concessão de estímulo financeiro pelo alcance de metas de gerenciamento de Recursos Hídricos no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto pela Gestão das Águas- Progestão, acompanhado através dos processos 0028.319572/2019-70 e 0028.285540/2020-05.

001 02757X0000096261 0.2.16.000000	R\$ 2.182.067,85
001 02757X0000096261 0.2.16.100000	R\$ 1.115.432,37
001 02757X0000096261 0.6.16.000000	R\$ 2.249,32
001 02757X0000096261 0.6.16.100000	R\$ 1.212.067,35
001 02757X0000096261 9.9.99.000000	R\$ 2.125,01
TOTAL	R\$ 4.513.941,90

NOTA 2- Pagamentos Extra-Orçamentários.

Abaixo será demonstrado os pagamentos referentes a restos a pagar processados e não processados por fonte:

QUADRO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS:

No quadro de pagamentos extra-orçamentários, observa-se pagamento no valor de R\$: 1.005.151,33, de restos a pagar não processados e pagamentos no valor de R\$: 144.365,10 perfazendo assim um valor total de R\$: 1.149.516,43, demonstrado como dispêndios no balanço orçamentário.

NOTA 2.A -Demonstrativos de Restos a Pagar Processados:

FONTE	NOTA EMPENHO	Nº DO PROCESSO	INSCRIÇÃO DE RPP	RPP CANCELADOS	RPP PAGOS
232	2021NE000135	0028.044365/2020-90	144.365,10	0,00	144.365,10
			144.365,10	0,00	144.365,10

Fonte:Dive Port

Este empenho trata-se de despesa com Locação de veículo com a empresa TB SERVIÇOS, TRANSPORTES, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A. (CNPJ nº 60.924.040/0001-51).

NOTA 2.B-Demonstrativos de Restos a Pagar Não Processados;

Fonte	Inscrito	Cancelado	Pago	A Liquidar	Liquidado a Pagar	A Pagar
100.100	586.970,22	180.867,83	386.801,46	19.300,93	,00	19.300,93
232.000	289.523,28	130.446,76	74.273,90	84.802,62	,00	84.802,62
300.000	37.249,03	30.496,93	6.752,10	,00	,00	,00
616.000	1.177.326,80	798.006,73	379.320,07	,00	,00	,00
632.000	1.420.523,07	1.148.929,21	158.003,80	113.590,06	,00	113.590,06
	3.511.592,40	2.288.747,46	1.005.151,33	217.693,61	0,00	217.693,61

Fonte:Dive Port

A fonte 100.100 são empenhos inscritos em restos no exercício de 2021 referente a taxas, aguardando emissões dessas guias e as demais fontes são contratos com empresas em fase de recebimento conforme justificado no documento Memorando 226 (SEI nº 0033839392) processo: 0028.081948/2022-63.

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23.466.001,77	21.168.647,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	23.466.001,77	21.168.647,91
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.135.751,62	86.106,76
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	12.875,00	57.015,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.122.876,62	29.091,76
ESTOQUES	418.732,21	327.590,86
ALMOXARIFADO	418.732,21	327.590,86
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	25.020.485,60	21.582.345,53
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	38.110.628,45	35.976.767,40
BENS MOVEIS	19.721.840,40	17.224.075,14
BENS IMÓVEIS	21.489.115,67	20.661.502,97
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(3.100.327,62)	(1.908.810,71)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	38.110.628,45	35.976.767,40
TOTAL DO ATIVO	63.131.114,05	57.559.112,93

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.334,44	531.897,22
PESSOAL A PAGAR	-	143.105,05
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	-	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.334,44	388.792,17
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	144.365,10
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-	144.365,10
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	-	-

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23.466.001,77	21.168.647,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	23.466.001,77	21.168.647,91
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.135.751,62	86.106,76
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	12.875,00	57.015,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.122.876,62	29.091,76
ESTOQUES	418.732,21	327.590,86
ALMOXARIFADO	418.732,21	327.590,86
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	25.020.485,60	21.582.345,53
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	38.110.628,45	35.976.767,40
BENS MOVEIS	19.721.840,40	17.224.075,14
BENS IMÓVEIS	21.489.115,67	20.661.502,97
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(3.100.327,62)	(1.908.810,71)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	38.110.628,45	35.976.767,40
TOTAL DO ATIVO	63.131.114,05	57.559.112,93

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.334,44	531.897,22
PESSOAL A PAGAR	-	143.105,05
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	-	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.334,44	388.792,17
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	144.365,10
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-	144.365,10
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	-	-

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA**BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	-	-
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	118.870,25	156.777,12
VALORES RESTITUÍVEIS	103.812,65	152.995,87
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	15.057,60	3.781,25
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	120.204,69	833.039,44
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
DEMAIS RESERVAS	386,64	-
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	386,64	-
RESULTADOS ACUMULADOS	63.010.522,72	56.726.073,49
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	63.010.522,72	56.726.073,49
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63.010.909,36	56.726.073,49
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63.131.114,05	57.559.112,93

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA**BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
Ativo Financeiro	23.466.001,77	21.168.647,91
Ativo Permanente	39.665.112,28	36.390.465,02
Total Ativo (I)	63.131.114,05	57.559.112,93
PASSIVO		
Passivo Financeiro	13.220.478,80	3.808.953,37
Passivo Permanente	15.058,60	535.678,47
Total Passivo (II)	13.235.537,40	4.344.631,84
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	49.895.576,65	53.214.481,09

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA**BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSO		31/12/2022	31/12/2021
00	Recursos Ordinários	136.044,48	757.121,42
16	Recursos de Conv. com Outras Esferas de Gov. e ONGS Firmados pela Adm. Direta	5.833.814,73	8.369.720,37
32	Compensação Financeira dos Recursos Minerais	4.275.661,96	8.232.852,75
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		10.245.521,17	17.359.694,54

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Notas Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública através de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). As principais práticas contábeis utilizadas para o reconhecimento e mensuração de ativos e passivos estão apresentadas no 'item' Base de Elaboração. Destarte, em atenção a NBC – TSP 13, no Balanço Patrimonial deve ser evidenciado na própria demonstração ou em notas explicativas, subclassificações adicionais das contas apresentadas, classificados de acordo com às operações das entidades, ainda, o detalhamento das subclassificações depende dos requisitos das normas vigentes, o da dimensão da natureza e função dos montantes envolvidos.

O Balanço Patrimonial da Unidade Gestora 180001 – Sedam, encontra-se representado pelas seguintes contas:

GRUPO DE CONTAS	2022	2021	AV*		AH*
			2022	2021	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	25.020.485,60	21.582.345,53	39,63%	37%	15%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	38.110.628,45	35.976.767,40	60,37%	63%	6%
SOMA TOTAL	63.131.114,05	57.559.112,93	100,00%	100%	10%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	120.204,69	833.039,44			-85%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0	0			
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63.010.909,36	56.726.073,49	99%	99%	11,00%
SOMA TOTAL	63.131.114,05	57.559.112,93			

NOTA 1-Comparação Ativo/Passivo e Patrimônio Líquido.

* AV – análise vertical - montante da conta em relação ao montante do grupo; * AH – análise horizontal - uma passagem temporal, aumento / decréscimo temporal;

Na análise vertical é observado o valor da conta em relação ao total do grupo, a exemplo da conta do ativo circulante sobre o total do ativo. Já na análise horizontal é uma análise temporal, é um comparativo de um exercício para outro.

Sob ótica da análise vertical desse quadro exposto acima, nota-se que o ativo circulante do exercício de 2021 representa 37,5% do total do grupo. Ao comparar essa mesma conta em relação ao exercício atual, a mesma obteve um acréscimo de 15%. Já o ativo não circulante representa 60,37% do total grupo ativo em 2022, percebe-se que o mesmo obteve um acréscimo de 6% em relação ao exercício anterior.

Quanto ao Patrimônio Líquido o mesmo representa 99% nos dois exercícios, pelo fato da inexistência do passivo não circulante, e obteve um acréscimo de 11% em relação a 2021.

Ativo: O ativo compreende os recursos controlados pela entidade, decorrente de eventos passados, dos quais se esperam benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

Ativo Circulante: Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata; ou terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis, compreendendo os ativos realizáveis independentes de autorização orçamentária. Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo no ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo. Conjunto de bens e direitos realizáveis até o término do exercício seguinte.

CONTA	TÍTULO	31/12/2021	31/12/2022
10000000000	ATIVO	57.559.112,93	63.131.114,08
11000000000	ATIVO CIRCULANTE	21.582.345,53	25.020.485,60
11100000000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21.168.647,91	23.466.001,77
11110000000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	21.168.647,91	23.466.001,77
11111000000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	20.222.515,43	16.377.796,77
11111020000	CONTA ÚNICA	0,00	0,00
11111020100	=CONTA ÚNICA - BANCO DO BRASIL	0,00	0,00
11111190000	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	20.222.515,43	16.377.796,77
11111190100	=BCO CONTA MOVIMENTO - BANCO DO BRASIL	20.222.515,43	16.377.796,77
11112000000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	946.132,48	7.088.205,00
11112400000	RECURSOS LIBERADOS PELO TESOUREIRO	946.132,48	7.088.205,00
11112400100	LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	946.132,48	7.088.205,00
11112400101	=LIMITE DE SAQUE	946.132,48	7.085.028,36
11112400102	LIMITE DE SAQUE - BLOQUEADO	0,00	3.176,64
11300000000	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	86.106,76	1.135.751,62
11310000000	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	57.015,00	12.875,00
11311000000	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	57.015,00	12.875,00
11311020000	SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	3.000,00
11311990000	ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	57.015,00	9.875,00
11311990100	=DIARIAS	57.015,00	9.875,00
11380000000	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	29.091,76	1.122.876,62
11381000000	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	29.091,76	2.040,62
11381060000	VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	29.091,76	2.040,62
11381060400	=ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS A COMPENSAR	0,00	0,00
11381061100	=DEBITOS BANCARIOS ENERGIA ELETRICA A REGULARIZAR	0,00	0,00
11381061200	=DEBITOS BANCARIOS AGUA ENCANADA A REGULARIZAR	0,00	0,00
11381061300	=DEBITOS BANCARIOTELEFONE A REGULARIZAR	0,00	0,00
11381061700	=DESPESA BANCÁRIAS A REGULARIZAR	29.091,76	2.040,62
11382000000	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	0,00	1.120.836,00
11382020000	=CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PERMISSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	1.120.836,00
11500000000	ESTOQUES	327.590,86	418.732,21
11560000000	ALMOXARIFADO	327.590,86	418.732,21
11561000000	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	327.590,86	418.732,21
11561010000	=MATERIAL DE CONSUMO	327.590,86	418.732,21

NOTA 2- Caixa e Equivalente de Caixa:

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Vale destacar que o saldo apresentado na conta 11112400100 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO, encontra-se depositado na Conta Única do Estado, no controle de repasse financeiro da conta única do estado em atendimento ao princípio da unidade de caixa, conforme art.56 da Lei4.320/64;

"Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais."

Na comparação do exercício anterior, que contabilizou R\$ 946.132,48, para o atual exercício contabilizado em R\$ 7.086.028,36 , houve um aumento significativo nesta conta. Isso se deu em razão da fonte de recursos minerais, a fonte 0232, passar a ser controlada pela Secretaria de Finanças- Sefin , e todo recurso proveniente desta fonte, para execução de despesa só foi repassada mediante solicitação através processo 0028.072645/2022-50.

NOTA 3- Créditos e Valores a Curto Prazo:

Compreendem os direitos a receber relacionados, principalmente, pelo fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Política Contábil - Créditos a Curto Prazo: Aportando-se aos Créditos a Curto Prazo, o grupo Valores em Trânsito compreende o somatório dos valores contabilizados independentemente em conta bancária, guia de recebimento e ordens bancárias emitidas a compensar, 'vide' Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP. Assim, para melhor equilíbrio orçamentário e financeiro, consistência dos dados contábeis e consequentemente composição confiável e transparente da disponibilidade de caixa, a partir da publicação do Decreto n. 20.339, de dezembro de 2015, os débitos realizados em contas bancárias do Poder Executivo sem autorização prévia e expressa, não regularizados até o último dia útil do mês de ocorrência passaram a ser registrados em Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo (113810600). Portanto, esses débitos referem-se às saídas financeiras que não cumpriram os estágios da despesa orçamentária, portanto, não são passíveis de reconhecimento em conta própria de variação patrimonial, mas que, em virtude das características qualitativas da informação, devem ser registradas de acordo com seus fatos geradores. Deste modo, embora o grupo Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo possua atributo "F" não retrata de fato uma disponibilidade financeira, exceto a conta 1.1.3.8.1.06.04 "F" – Ordens Bancárias a Compensar, considerando a saída no banco, devendo então, ser desconsiderado da composição do Superávit Financeiro Apurado em confronto do Ativo Financeiro e Passivo Financeiro, a fim de que o superávit passe a ser fonte para abertura de crédito orçamentário, apenas no montante de sua efetiva liquidez. Desta forma, para o cálculo do superávit, será incluída apenas a conta 1.1.3.8.1.06.04 "F" – Ordens Bancárias a Compensar, que representa disponibilidade factível por se tratar de repasses financeiros entre unidades gestoras. Cabe lembrar, que essa política instituída pelo Estado de Rondônia coaduna com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 23, de 21 de novembro de 2019, nos termos que política em questão reproduz princípio, base, convenção, regra e prática aplicada a todas as Unidades Gestoras do Estado de Rondônia. Por fim, tal conduta contábil que possibilita e melhora a informação não dispensa a confecção de Notas Explicativas, suficientes a elucidar a composição do Quadro de Superávit/Déficit Financeiro, com a devida aplicação da política definida.

Os valores de adiantamentos concedidos aos Servidores por Diárias e Suprimentos de Fundos, apresentam processos administrativos e seguem o curso normal orçamentário e financeiro devidamente autorizados pelos responsáveis.

Estoques: Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração, para a venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

NOTA 4- Estoque de Material e Insumo

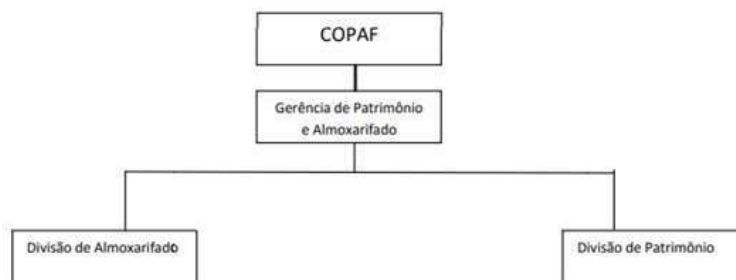
Apresentou no final do exercício o saldo de R\$ 418.732,21, sendo este saldo instruído pelo processo de baixa de consumo no decorrer do ano, conforme processo administrativo nº 0028.052881/2021-79.

ALMOXARIFADO

Os procedimentos de controle e gerenciamento dos materiais são realizadas pela Gerência de Patrimônio e Almoarifado desta Secretaria.

O **Almoarifado**, funciona numa estrutura física tipo “galpão”, medindo 175m² e com a capacidade de armazenado de 700m³. Onde fica acondicionado todo material recebido pelas aquisições realizadas pela SEDAM, em prédio próprio situado na Estrada de Santo Antônio, 5323 – Bairro Triângulo, em Porto Velho/RO, que, em função de sua peculiaridade e fins estratégicos, não se mudou para o Centro Político-Administrativo-CPA, conquanto inviabilizaria a dinâmica da atividade da Gerência. Quanto aos materiais, estes encontram-se armazenados em condições satisfatórias. O procedimento adotado para o controle dos materiais, adquiridos, seja as entradas são registradas com base nas notas fiscais e a saída por requisições, devidamente datadas e assinadas pelos responsáveis dos setores.

A Gerência de Patrimônio e Almoarifado—GPA compõe a estrutura da Coordenação de Patrimônio, Administração e Finanças – COPAF da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, contando com a seguinte estrutura:



ATIVO NÃO CIRCULANTE

Nesse grupo de contas são registrados os elementos patrimoniais de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da entidade, assim como os direitos exercidos com essa finalidade, ou que podem ser convertidos em caixa após um período de 12 meses, com base na data da elaboração das demonstrações contábeis.

O ativo não circulante está subdividido em contas contábeis conforme tabela abaixo:

CONTA	TÍTULO	31/12/2021	31/12/2022
12000000000	ATIVO NÃO CIRCULANTE	35.976.767,40	38.110.628,45
12300000000	IMOBILIZADO	35.976.767,40	38.110.628,45
12310000000	BENS MOVEIS	17.224.075,14	19.721.840,40
12311000000	BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	17.224.075,14	19.721.840,40
12311010000	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	1.333.119,41	755.630,80
12311010100	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	182.705,32	255.809,65
12311010200	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	138.202,47	38.111,06
12311010300	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS	171.182,97	100.933,50
12311010500	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	4.084,95	160,00
12311010600	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	8.098,97	80.848,93
12311010700	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	443.174,97	129.767,73
12311010800	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	2.448,50	0,00
12311010900	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	1.399,37	3.339,17
12311011200	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	0,00	10.255,00
12311011300	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	251.988,66	90.696,72
12311011400	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	90,21	90,21
12311011500	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO AO VOO	0,00	0,00
12311011700	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	217,95	217,95
12311011900	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS	6.375,90	0,00
12311012000	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS	115.195,27	42.172,70
12311012100	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	6.959,47	2.343,75
12311019900	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	994,43	884,43
12311020000	BENS DE INFORMÁTICA	3.981.398,97	2.089.304,16
12311020100	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3.966.389,27	2.082.765,78
12311020200	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15.009,70	6.538,38
12311030000	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.766.842,19	1.095.870,75
12311030100	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	206.976,83	141.701,62
12311030200	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	55.973,40	5.595,42
12311030300	MOBILIÁRIO EM GERAL	1.168.616,75	728.095,90
12311030400	UTENSÍLIOS EM GERAL	335.275,21	220.477,81
12311040000	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	482.141,14	447.754,28
12311040200	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	221,90	0,00
12311040500	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	481.919,24	447.754,28
12311050000	VEÍCULOS	9.612.540,41	15.333.280,41
12311050100	VEÍCULOS EM GERAL	32.668,51	163.172,35
12311050300	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	9.278.231,89	13.672.574,00
12311050500	AERONAVES	0,00	969.135,76
12311050600	EMBARCAÇÕES	301.640,01	528.398,30
12311090000	ARMAMENTOS	2.656,68	0,00
12311990000	DEMAIS BENS MÓVEIS	45.376,34	0,00
12311990200	BENS EM PODER DE OUTRA UNIDADE OU TERCEIROS	45.376,34	0,00
12320000000	BENS IMÓVEIS	20.661.502,97	21.489.115,67
12321000000	BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	20.661.502,97	21.489.115,67
12321010000	BENS DE USO ESPECIAL	20.510.240,58	21.297.215,67
12321010300	EDIFÍCIOS	6.829.458,25	6.699.742,28
12321010400	TERRENOS/GLEBAS	13.680.782,33	13.306.275,99
12321012200	POSTOS DE FISCALIZAÇÃO	0,00	1.291.193,40
12321070000	INSTALAÇÕES	151.262,39	191.900,00
12380000000	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-1.908.810,71	-3.100.327,62
12381000000	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONS	-1.908.810,71	-3.100.327,62
12381010000	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-1.908.810,71	-3.100.327,62
12381010100	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAM	-195.953,60	-244.287,92
12381010200	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	-561.964,85	-991.615,28
12381010300	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	-397.570,98	-525.718,46
12381010400	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC	-23.665,95	-79.357,00
12381010500	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	-729.088,61	-1.257.896,74
12381010900	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE ARMAMENTOS	-566,72	-1.452,22

NOTA 5- Bens Móveis

São considerados como bens móveis os bens com existência material podendo ser transportados sem alteração da substância ou da destinação econômica-social.

No exercício de 2022, esta unidade gestora finalizou o exercício com o saldo correspondente a R\$19.721.840,40, conforme demonstrado na tabela acima.

Durante o Exercício de 2022 foram realizado diversos ajustes no sistema SIGEF, conforme processo 0028.071150/2022-11. Na tabela abaixo, compara-se saldos do exercício anterior e exercício atual.

CONTA	BENS MÓVEIS	2021	2022	*AH%
12311000000	BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	17.224.075,14	19.721.840,40	14%
12311010000	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS	1.333.119,41	755.630,80	-43%
12311020000	BENS DE INFORMÁTICA	3.981.398,97	2.089.304,16	-47%
12311030000	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.766.842,19	1.095.870,75	-0,37%
12311040000	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	482.141,14	447.754,28	-7%
12311050000	VEÍCULOS	9.612.540,41	15.333.280,41	60%
12311090000	ARMAMENTOS	2.656,68	0,00	-100%
12311990000	DEMAIS BENS MÓVEIS	45.376,34	0,00	-100%

FONTE: Balancete de verificação mês 12/2022-DIVE PORT.

AH – análise horizontal - uma passagem temporal, aumento / decréscimo temporal.

Conforme detalhado na tabela acima, observa-se um aumento em 14% na conta dos bens móveis se comparado ao exercício anterior. Destaca-se a conta contábil 123110500 com aumento em aproximadamente 60%.

Isso ocorreu devido as aquisições de veículos e embarcações que esta unidade gestora adquiriu no decorrer do ano de 2022. Dentre essas aquisições podemos citar embarcações adquiridas no valor de R\$ 1.726.495,35 através do Preço Eletrônico-669/2021 ID(0022325503)apensado processo 0028.231692/2021-61. Esses bens foram adquiridos para atender os trabalhos de fiscalização promovendo ações integradas de forma eficiente e abrangente, buscando utilizar os mais diversos meios nas ações de prevenção e repressão aos ilícitos ambientais.

Vale destacar que unidade gestora 180011 (Fundo Especial de Proteção Ambiental-FEPRAM) realiza transferências de bens para a unidade gestora 180001-SEDAM, em obediência a LEI 3.744 DE 2015.

Visando obter um controle sobre os Bens Móveis a Gerência de Patrimônio e Almoxarifado, foi realizado o Inventário Físico-Financeiro de Bens Móveis, conforme Relatório SEDAM-CCI (0022001910) anexado no processo SEI nº 0028.418717/2021-39. Diante deste relatório, os bens inservíveis foram desreconhecido do grupo de ativo imobilizado por não atenderem os critérios contábeis de ativo, dentre eles o controle e geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Oportuno frisar que tais saldos foram registrados na conta de controle 8.9.1.2.9.0.6.01.00-Desincorporação de Ativos por inservibilidade, Desfalque e Não localizados. O processo de desfazimento de tais bens foi instaurado sob n.0028.000045/2023-71

Esta Setorial realizou ajustes de acordo com planilha Adendo - Planilhas Gerais do Inventário da SEDAM (SEI nº 0034659422) e Adendo PLANILHA - BENS INCORPORADOS A PARTIR DE 11/02/22 (SEI nº 0034721830). No entanto, após os ajustes ainda incorreram divergências entre o saldo contábil e o valor apresentado no TC15. Fato este informado no processo através do documento sob ID (0035027316).

A Depreciação acumulada foi registrada mensalmente conforme processo 0028.054803/2022-90, registrado no final do exercício um total de R\$ 3.100.327,62.O valor líquido do balancete contabiliza R\$ 16.622.965,00 apresentando uma diferença em comparação ao TC15(ID0035562347)no valor de R\$ 1.418.449,34. Esta divergência está sendo apurada conforme processo: 0028.004383/2023-81.

CONTA CONTÁBIL	VALOR CONTÁBIL	depreciação	líquido
123110100	R\$ 755.630,80	-R\$ 244.287,92	R\$ 511.342,88
123110200	R\$ 2.089.304,16	-R\$ 991.615,28	R\$ 1.097.688,88
123110300	R\$ 1.095.870,75	-R\$ 525.718,46	R\$ 570.152,29
123110400	R\$ 447.754,28	-R\$ 79.357,00	R\$ 368.397,28
123110500	R\$ 15.333.280,41	-R\$ 1.257.896,74	R\$ 14.075.383,67
123110199		-R\$ 1.452,22	
	R\$ 19.721.840,40	-R\$ 3.100.327,62	R\$ 16.622.965,00

Informamos que os métodos, procedimentos e rotinas da Contabilidade, são determinadas pela Contabilidade Geral do Estado de Rondônia - COGES, que conforme Lei Complementar 911 de 12 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021 e Decreto nº 22.180, de 8 de agosto de 2017, relaciona os Processos e Rotinas das Unidades Setoriais e Seccionais, bem como, disciplina o exercício da supervisão técnica e a orientação normativa dos processos pertinentes à contabilidade relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Pública. Todo mês são encaminhados à Contabilidade Geral do Estado de Rondônia o relatório de conformidade contábil, os quais informam sobre as ocorrências relevantes nas contas patrimoniais e de controle, além do envio dos processos de conciliação bancária entre outros documentos solicitados.

A consistência dos lançamentos contábeis efetuados, são analisadas ainda através dos relatórios disponibilizados no DIVER PORT, dos relatórios extraídos do SIGEF, entre outros fornecidos pelos demais setores conforme demanda.

Anualmente, são geradas as demonstrações contábeis a partir do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF. A conferência dos saldos das demonstrações, bem como a emissão das Notas explicativas seguem as orientações do 6º Edição do Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis - MCD/COGES-RO, aprovado pela Portaria nº 14 de 20 de janeiro de 2023. A fim de avaliar a confiabilidade e consistência das demonstrações contábeis e são aplicados os Testes de Consistência.

Compete a Setorial GPA realizar atividades patrimoniais nos moldes do que diz a a IN 05/2019/SEPAT-COCEN, ou seja, tudo que se refere acerca do reconhecimento, mensuração e evidenciação, além dos procedimentos de avaliação, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação dos ativos imobilizados e amortização dos intangíveis do Poder Executivo do Estado de Rondônia.

Destaque-se ainda que há no âmbito do Poder Executivo estadual, sistema de controle de patrimônio, denominado E-estado, no entanto, considerando as questões de operacionalidade, a relação de bens extraídos pela Comissão de Inventário do sistema E-estado, apresentou divergências com o real patrimônio da unidade. Considerando-se também a dificuldades enfrentadas durante todo exercício com os sistema E-estado o qual gera os documentos de suporte gerados, dificuldades essas relatadas no Ofício 5476 (0034050584) o qual orienta a adoção de controles auxiliares, ainda restam ajustes a serem feitos.

Ainda foi nomeada uma comissão de inventário para o exercício de 2022, através de documento Portaria 24/2022 ID SEI (0028590483) apensado processo 0028.072273/2022-61 e o relatório do inventário foi entregue conforme processo administrativo 0028.085693/2022-16 - Relatório 0034659403, todavia a comissão segue os trabalhos para a conclusão em 2023. O saldo dos grupo de contas dos bens móveis estão evidenciados no **Anexo TC - 15** apensado no processo: 0064.700045/2023-29.

NOTA 6-IMOBILIZADO

Imobilizado Os bens imóveis registrados no Balanço Patrimonial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental, ao final do exercício de 2022, estão divididos da seguinte forma:

De acordo com inventário de bens imóveis reavaliado pela SEPAT, entre o exercício financeiro de 2021 a 2022 a conta nº 123210100 (Bens Imóveis), apresenta um saldo de **R\$ 21.489.115,67**, desta Secretária pela Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT em cumprimento com as atribuições prevista na Lei Complementar nº 965 de dezembro de 2017.conforme discriminado abaixo:

CONTA CONTÁBIL	TÍTULO	SALDO INICIAL	ENTRADA	SAÍDA	SALDO FINAL
1232000000	BENS IMÓVEIS	20.661.502,97	1.419.401,26	591.788,56	21.489.115,67
1232100000	BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	20.661.502,97	1.419.401,26	591.788,56	21.489.115,67
12321010000	BENS DE USO ESPECIAL	20.510.240,58	1.378.763,65	591.788,56	21.297.215,67
12321010300	EDIFÍCIOS	6.829.458,25	87.570,25	217.286,22	6.699.742,28
12321010400	TERRENOS/GLEBAS	13.680.782,33	0,00	374.502,34	13.306.279,99
12321012200	POSTOS DE FISCALIZAÇÃO	0,00	1.291.193,40	0,00	1.291.193,40
12321070000	INSTALAÇÕES	151.262,39	40.637,61	0,00	191.900,00
TOTAL IMOBILIZADO		20.661.502,97	1.419.401,26	591.788,56	21.489.115,67

Conforme demonstrado acima, observa-se uma entrada no valor de R\$ 1.291.193,40 referente a um posto localizado em JI Paraná, o qual foi registrado através de uma NL - Nota de Lançamento (0035988714) que cita em histórico o processo (0030.073561/2021-11).

Considerando a Instrução Normativa nº 005/2019/SEPAT-COCEN, o qual regulamenta o reconhecimento, mensuração e evidenciação, além dos procedimentos de avaliação, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação dos ativos imobilizados e amortização dos intangíveis do Poder Executivo do Estado de Rondônia, menciona em seu artigo 25:

"art. 25 Os bens imóveis passarão por procedimentos de reavaliação periodicamente, com intervalos que poderão variar de três a cinco anos, conforme as características do imóvel, as características de utilização e a realidade da unidade gestora".

O saldo do imobilizado encontra-se conciliado com TC 16 conforme tratativas processo 0028.002467/2023-81.

ESTADO DE RONDÔNIA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL INVENTÁRIO FÍSICO-FINANCEIRO DOS BENS IMÓVEIS				EXERCÍCIO DE 2022
				3º QUADRIMESTRE
				ANEXO TC - 16
Nº	CARTÓRIO	IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	VALOR CONTABILIZADO (R\$)
10.818	1º REGISTRO DE IMÓVEL DE VILHENA	TERRENO DA ERGA DE VILHENA	MUNICÍPIO DE VILHENA	232.915,50
10.819	1º REGISTRO DE IMÓVEL DE VILHENA	TERRENO DA ERGA DE VILHENA	MUNICÍPIO DE VILHENA	232.915,50
10.820	1º REGISTRO DE IMÓVEL DE VILHENA	PRÉDIO DA ERGA DE VILHENA	MUNICÍPIO DE VILHENA	284.825,66
3.818	COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM	TERRENO DA ERGA DE GUAJARÁ-MIRIM	MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM	46.805,50
3.818	COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM	PRÉDIO DA ERGA DE GUAJARÁ-MIRIM	MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM	189.649,97
7.216	1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	ERGA - PRÉDIO EM ARIQUEMES	MUNICÍPIO DE ARIQUEMES	114.140,51
7.216	1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	ERGA - TERRENO EM ARIQUEMES	MUNICÍPIO DE ARIQUEMES	699.968,00
22.123	1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	TERRENO DO BANCO DE SEMENTES DE ESSÊNCIAS FLORESTAL - SEDAM	MUNICÍPIO DE ARIQUEMES	503.060,72
22.123	1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	PRÉDIO DO BANCO DE SEMENTES DE ESSÊNCIAS FLORESTAL - SEDAM	MUNICÍPIO DE ARIQUEMES	158.051,99
27.378	1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	PRÉDIO EM PORTO VELHO	MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	3.096.800,47
27.378	1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	TERRENO EM PORTO VELHO	MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	10.220.226,21
27.378	1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	IMOBILIZADO PREDIO COGEO - REFORMA - MELHORIA	MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	191.900,00
4.731	COMARCA DE ALTA FLORESTA	PRÉDIO DA ERGA DE ALTA FLORESTA	MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA	98.413,59
S/N	COMARCA DE COSTA MARQUES	PRÉDIO DA ERGA DE COSTA MARQUES	MUNICÍPIO DE COSTA MARGUES	223.389,28
S/N	COMARCA DE COSTA MARQUES	TERRENO DA ERGA DE COSTA MARQUES	MUNICÍPIO DE COSTA MARGUES	118.429,89
4.695	COMARCA DE BURITIS	TERRENO EM BURITIS	MUNICÍPIO DE BURITIS	404.799,47
432	REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	PRÉDIO EM PIMENTA BUENO	MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO	1.765.747,53
432	REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	TERRENOS DE PIMENTA BUENO	MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO	114.193,80
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	TERRENO DE CACOAL	MUNICÍPIO DE CACOAL	74.380,03
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	PRÉDIO DE CACOAL	MUNICÍPIO DE CACOAL	115.746,02
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	ERGA DE COLORADO DO OESTE PRÉDIO	MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE	282.942,05
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	ERGA DE COLORADO DO OESTE TERRENO	MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE	132.473,20
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	ERGA DE CEREJEIRAS PRÉDIO	MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS	201.085,10
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	ERGA DE CEREJEIRAS TERRENO	MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS	365.241,14
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	ERGA DE PIMENTEIRAS DO OESTE PRÉDIO	MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS	168.950,11
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	ERGA DE PIMENTEIRAS DO OESTE TERRENO	MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS	160.871,03
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	ERGA JI-PARANÁ	MUNICÍPIO DE JI-PARANA	1.291.193,40
TOTAL GERAL				R\$ 21.489.115,67

Nota 7 - Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada

Os bens dessa unidade gestora foram depreciados conforme relatório de gestão gerado pelo sistema E-estado, conforme o processo administrativo nº 0028.052881/2021-79, instruído pela Gerência de Patrimônio e Almoxarifado. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 418.732,21.

NOTA - 8 Fonte de Recursos

O quadro de Superávit/Déficit Financeiro é a diferença positiva entre o ativo e o passivo financeiro, podendo ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais. No exercício de 2021, o superávit apurado foi no total de R\$ 17.359.694,54, este valor encontram-se todos registrado na fonte 00 - Recursos Ordinários, fonte 16 Recursos de Conv. com Outras Esferas de Gov. e ONGS Firmados pela Adm. Direta e na fonte 32 - Compensação Financeira dos Recursos Minerais.

O superávit financeiro poderá ser aberto conforme discricionariedade do ordenador de despesas, em conformidade com o artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64. Segue quadro demonstrando superávit por domicílio bancário:

FONTES DE RECURSO		31/12/2022	31/12/2021
00	Recursos Ordinários	136.044,48	757.121,42
16	Recursos de Conv. com Outras Esferas de Gov. e ONGS Firmados pela Adm.	5.833.814,73	8.369.720,37
32	Compensação Financeira dos Recursos Minerais	4.275.661,96	8.232.852,75
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		10.245.521,17	17.359.694,54

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

O Superávit da fonte 232 foi discriminado no processo 0028.072645/2022-50 documento Ofício 432 (SEI nº 0035151252).

ESTADO DE RONDÔNIA**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.835.232,40	401.355,92
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.835.232,40	401.355,92
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	58.881.417,52	41.968.065,80
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	46.706.687,75	39.711.007,76
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	8.869.639,07	2.257.058,04
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	2.835.392,00	-
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	469.698,70	-
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	60.473,21
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-	19.934,12
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	40.539,09
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	810,00	37.867,28
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	810,00	37.867,28
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	60.717.459,92	42.467.762,21

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	28.877.205,32	21.078.832,74
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	25.325.530,32	17.923.008,13
ENCARGOS PATRONAIS	3.455.586,67	2.940.877,51
BENEFÍCIOS A PESSOAL	98.088,33	214.947,10
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	339.586,78	348.599,68
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	339.586,78	348.599,68
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	7.321.357,55	6.678.255,18
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	779.862,09	352.367,66
SERVIÇOS	4.989.846,41	5.408.479,33
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.551.849,05	917.408,19
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	14.482.298,40	9.546.894,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	14.251.320,10	9.533.894,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	171.554,40	-
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	59.423,90	13.000,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.346.145,78	435,73
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	2.763.724,32	-
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	29.364,95	435,73
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	553.056,51	-
TRIBUTÁRIAS	65.516,86	33.559,37
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	46.751,80	31.872,45
CONTRIBUIÇÕES	18.765,06	1.686,92
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	900,00	300,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	900,00	300,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	54.433.010,69	37.686.876,70
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	6.284.449,23	4.780.885,51

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS DAS DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das variações patrimoniais (DVP) evidencia alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Por meio dela é possível verificar o resultado patrimonial do exercício apurado na DVP, pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. (MCASP, parte V, 8ª Ed. 2018).

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
	2022	2021	AH%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	60.717.459,92	42.467.762,21	43%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	54.433.010,69	37.686.876,70	44%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	6.284.449,23	4.780.885,51	31%

NOTA 1-Resultado Patrimonial

No exercício de 2022, a SEDAM apresentou um resultado a maior em 31% se comparado ao mesmo período do exercício anterior, apresentando um resultado patrimonial em R\$ 6.284.449,23.

NOTA 2-Receita Imobiliária

Compreende o saldo de R\$ 1.835.232,40, demonstrado nesse grupo de contas, representa toda a receita realizada proveniente das contas bancárias registradas e contabilizadas mensalmente.

NOTA 3- Transferências Correntes

Este recurso no valor de R\$ 8.869.639,07 refere-se a recebimento de recurso federal, oriundo do Banco de Desenvolvimento da Amazônia - BNDS. Em comparação ao ano anterior, que registrou R\$ 2.257.058,04, percebe-se um aumento aproximadamente de 250%.

NOTA 4-Transferências e Delegações Recebidas

O valor de R\$ 46.706.687,75 refere-se a transferência financeira da unidade gestora 140001 - Tesouro Estadual para a 180001 - SEDAM, tendo em vista que a SEDAM não é uma unidade arrecadadora, e suas despesas são custeadas com recurso ordinário, entre essas despesas estão as de folha de pagamento de servidores, água, luz, energia elétrica, combustível e internet.

ESTADO DE RONDÔNIA**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	67.684.476,04	43.038.116,58
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	1.835.232,40	401.355,92
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	37.867,28
Transferências recebidas	55.716.186,65	36.816.969,88
Outros ingressos operacionais	10.133.056,99	5.781.923,50
Desembolsos	58.851.778,49	42.439.990,27
Pessoal e demais despesas	33.157.992,48	26.026.860,09
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	15.538.596,94	10.755.110,79
Outros desembolsos operacionais	10.155.189,07	5.658.019,39
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	8.832.697,55	598.126,31
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	-
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	6.535.343,69	542.450,36
Aquisição de ativo não circulante	6.535.343,69	542.450,36
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(6.535.343,69)	(542.450,36)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos		
Operações crédito	-	-
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
Desembolsos		
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	2.297.353,86	55.675,95
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	21.168.647,91	21.112.971,96
Caixa e Equivalente de Caixa Final	23.466.001,77	21.168.647,91

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade**ESTADO DE RONDÔNIA****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais da União	8.816.952,07	2.257.058,04
de Estados e Distrito Federal de Municípios	-	-
Intragovernamentais	44.063.842,58	34.559.911,84
Outras transferências recebidas	2.835.392,00	-
Total das Transferências Recebidas	55.716.186,65	36.816.969,88
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	171.554,40	-
a União	171.554,40	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	15.367.042,54	10.755.110,79
Outras transferências concedidas	-	-
Total das Transferências Concedidas	15.538.596,94	10.755.110,79

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	33.157.992,48	26.026.860,09
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	33.157.992,48	26.026.860,09

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiros dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. A Demonstração de Fluxos de Caixa do Estado de Rondônia, permite a avaliação das saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo.

NOTA 1-FLUXO OPERACIONAL

Os fluxos de caixa operacionais consolidados do setor público em sentido amplo proporcionam uma indicação da medida do volume de recursos que o governo vem financiando suas atividades correntes por meio da tributação e outras cobranças.

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da DFC é correspondente ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, em 31 de dezembro de 2022, a geração líquida de caixa foi positiva em R\$ 2.297353,86 comparado ao mesmo período de 2021 houve um acréscimo de aproximadamente 40% conforme quadro abaixo:

RESULTADO FINANCEIRO BFXDFC	2022	2021	AH
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	R\$ 21.168.647,91	R\$ 21.112.971,96	0,26%
Caixa e Equivalente de Caixa Final	R\$ 23.466.001,77	R\$ 21.168.647,91	10%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	2.297.353,86	55.675,95	40,26%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTA 2-Renumeração de Disponibilidade

Compreende o saldo de R\$ 1.835.232,40, demonstrado nesse grupo de contas, representa toda a receita realizada proveniente das contas bancárias registradas e contabilizadas mensalmente.

NOTA 3-Caixa e Equivalente de Caixa

No Exercício de 2022 o caixa e Equivalente de Caixa, apresenta o saldo de R\$ 23.466.001,77, referente a saldos financeiros nas contas bancárias que são contabilizados mensalmente no SIAGEF e encaminhadas para homologação da Contabilidade Geral do Estado-COGES.

NOTA 4- Transferências Recebidas Intergovernamentais

Este recurso no valor de R\$ 8.816.952,07, refere-se a recebimento de recurso federal, oriundo do Banco de Desenvolvimento da Amazônia - BNDS.

ESTADO DE RONDÔNIA

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
AMBIENTAL
Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64
Exercício de 2022**

Valores em R\$

Mês Referência: Dezembro	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais							56.726.073,49		56.726.073,49
Ajustes de exercícios anteriores:									
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	6.284.449,23	-	6.284.449,23
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição / Reversão de reservas		-	-	-	-	-	386,64	-	386,64
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos Finais							386,64	63.010.522,72	63.010.909,36

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

ROSICLEY TAVARES NASCIMENTO NERY

Analista Contábil / COGES

Setorial / SEDAM-FEPRAM-FRHRO-FUNCLIMA

MARCO ANTÔNIO GARCIA DE SOUZA

Coordenador de Patrimônio, Administração e Finanças

SEDAM-FEPRAM-FRHRO-FUNCLIMA

MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE M. LAGOS

Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEDAM-FEPRAM-FRHRO-FUNCLIMA



Documento assinado eletronicamente por **Rosicley Tavares Nascimento Nery, Contador(a)**, em 14/03/2023, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS, Secretário(a)**, em 15/03/2023, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

BALANÇO

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade

&

“Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis”

SEDAM

Informações Gerais

Esta Entidade Secretária de Estado de Desenvolvimento Ambiental, domiciliada à Avenida Farquar, nº 2986, Bairro: Pedrinhas, Edifício: Rio Cautário CNPJ: 63.752.604/0001-04 integra o Poder Executivo, ente da esfera estadual. As competências desta Entidade SEDAM são regidas pela Lei Complementar nº 42 de 19 de março de 1991 alterada pela Lei Complementar nº 827 de 15 de julho de 2015 e pela portaria 278 GAB SEDAM que abrangem essas funções e atividades primordiais: desenvolvimento ambiental rural e urbano, fiscalização e normatização de atividades relacionadas com a qualidade de vida do ambiente e dos recursos naturais, conforme art. 88.

Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) representam o conjunto consolidado e sintetizado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade pública, com objetivo de retratar a saúde financeira, relatórios de saídas, base para análise e tomada de decisão por parte dos usuários da informação contábil. Sua estrutura está contida nos anexos da Lei 4.320/1964, onde foi alterada pela Portaria STN 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, convergentes aos padrões internacionais de contabilidade.

As demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição, juntamente com a Lei nº 4.320/1964, que no seu art. 101, descreve o conjunto de relatórios contábeis que deverão ser apresentados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades do setor público e a Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Destaque especial para a publicação da Portaria nº 14 de 20 de janeiro de 2023 a qual aprova a 6ª edição do Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis - MCDC/COGES-RO, disponibilizada eletronicamente no endereço: http://contabilidade.ro.gov.br/data/uploads/2022/02/SEI_ABC-0023963432-Portaria.pdf, composta por:

Apresentação - Aspectos Iniciais e Síntese das Alterações;

Balanço Orçamentário- Anexo 12 da lei. 4.320

Balanço Patrimonial (BP)- Anexo 14 da Lei n 4.320 64

Demonstração das Variações Patrimoniais(DVP) Anexo 15 da lei. 4.320

Balanço Financeiro- Anexo13 da lei 4.320

Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demais Anexo da lei 4.320 64.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A Contabilidade Geral do Estado – COGES, nos termos da Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, que dispõe sobre a transformação da Superintendência Estadual de Contabilidade – SUPER em Contabilidade Geral do Estado – COGES; vem buscando atender à legislação nacional, no que diz respeito ao cumprimento das normas financeiras estabelecidas, em especial pela Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e o Manual de Contabilidade Pública Aplicado ao Setor Público 9ª Edição, como também primar pela execução financeira, orçamentária e patrimonial de forma eficiente e responsável.

Através da Portaria nº 14 de 20 janeiro de 2023, foi aprovado a 6ª edição do Manual de Análises e Procedimentos Contábeis- MCDC/COGES-RO, para o Encerramento do Exercício, disponibilizado através do site <http://www.contabilidade.ro.gov.br> com objetivo de orientar as unidades gestoras sobre os procedimentos a serem executados para o encerramento do exercício financeiro e abertura do ano seguinte, proporcionando maior transparência das informações, além de padronizar e simplificar os procedimentos contábeis em todo o Estado, servindo como fonte de consulta para os profissionais de contabilidade, de auditoria e demais profissionais da gestão administrativa e financeira dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e, inclusive, dos Fundos Especiais.

Dentre as práticas adotadas na classificação contábil, observa-se a essência sobre a forma e a moeda utilizada nos registros e nas transações é o real, moeda oficial do Brasil.

As demonstrações contábeis originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão equiparadas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, a taxa câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC TSP 04/2016. O ativo imobilizado, incluindo

os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem.

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes.

Os procedimentos de reavaliação e de redução ao valor recuperável de bens adquiridos e postos em operação foram regulamentados pelo Manual de Procedimentos Contábeis Especiais – Parte II, disponível no sítio www.transparencia.ro.gov.br (aprovado pela Portaria nº. 208/GAB/SEFIN/2014) e o SIGEF já se encontra preparado para os lançamentos. Quanto a determinados bens que sejam depreciados a taxas diferentes, em função de suas características, devendo também essa particularidade ser evidenciada em notas explicativas.

O Estado de Rondônia optou por registrar patrimonialmente como Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, os créditos oriundos da conversão de penas alternativas em pecúnia.

Os restos a pagar não processados, quando liquidados, alteram o status para restos a pagar não processados liquidados de exercícios anteriores, uma vez que estes devem compor o quadro de “Processados”, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 9ª Edição. Já os créditos em liquidação são considerados como restos a pagar não processados, uma vez que, ainda não se deu a devida liquidação.

O Estado adota a política contábil considerando a retenção como paga apenas na baixa da obrigação.

O Sistema Contábil utilizado para execução orçamentária, financeira e patrimonial que resultaram nos demonstrativos contábeis e que estão dispostas como as bases propostas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP é o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. Os demonstrativos estão conforme os padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e pelas Demonstrações exigidas pela Norma Brasileira de Contabilidade.

A SEDAM integra o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Governo de Rondônia – SIGEF. As Demonstrações Contábeis estão de acordo com o art. 35 da Lei 4.320/64. O regime contábil adotado na Contabilidade Pública é o regime misto, de Caixa para as receitas e de Competência para as despesas orçamentárias, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nela legalmente empenhadas.

O SISTEMA CONTÁBIL durante o exercício de 2022 utilizou o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/ RO para execução orçamentária, financeira e patrimonial que resultaram nos demonstrativos contábeis em conformidade com as bases propostas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª Edição – MCASP.

REMESSAS MENSAS, TRANSMITIDAS PELA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, VIA SISTEMA INTEGRADOS DE GESTÃO E AUDITORIA PÚBLICA - SIGAP. Em atenção aos seguintes dispositivos legais: art. nº 53 da Constituição do Estado de Rondônia que dispõe sobre a apresentação, pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, de balancetes mensais à Corte de Contas Estadual; Instrução Normativa nº 72/TCER/2020 que dispõe sobre a remessa eletrônica mensal de informações ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia de informações e documentos por parte das Administrações Públicas Municipais e Estaduais do Estado de Rondônia; Resolução nº 328/2020/TCE-RO que regulamenta a Instrução Normativa nº. 72/2020/TCE-RO, para o exercício de 2022 e o Decreto nº 26.020 de 19 de abril de 2021 que disciplina a remessa eletrônica mensal de informações, instituída pela Instrução Normativa nº 72/TCER/2020, de 19 de outubro de 2020, regulamentada pela Resolução nº 328/2020/TCE-RO, de 06 de novembro de 2020. Apresentamos a relação dos Identificadores do SEI em que constam os recibos de entrega de remessas mensais, transmitidas, via SIGAP, dos módulos: Contábil, Pessoal Orçamentário, Obras e Contratos, referente aos meses de janeiro a dezembro de 2022 de Administração Direta do Estado de Rondônia, onde estão inclusas as informações da SEDAM:

MÊS DE REFERÊNCIA	ID PROTOCOLO DE ENTREGA TCE-RO
JANEIRO	0024548472
FEVEREIRO	0027734632
MARÇO	0028714174
ABRIL	0029214799
MAIO	0030088427
JUNHO	0031764216
JULHO	0031868694
AGOSTO	0032620041
SETEMBRO	0033354252
OUTUBRO	0034103242
NOVEMBRO	0034857933
DEZEMBRO	0088.067634/2022-43

Fonte: Processo SEI 0088.067634/2022-43

Declaração Conformidade

Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal -(Balancetes: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido), regidas pela Lei Complementar nº 4.320, de 1964, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11 relativos ao exercício de 2022, representam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade gestora.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local: Porto Velho - RO

Data: 15/03/2023.

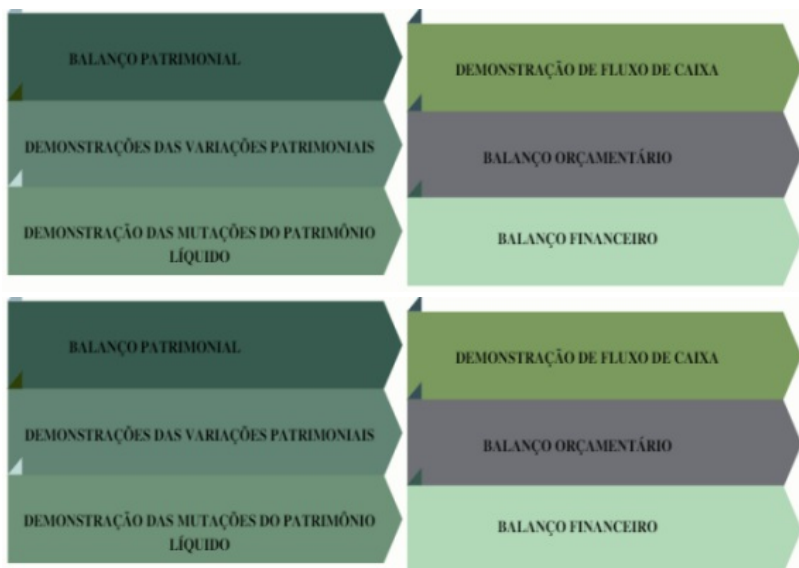
Contador Responsável: ROSICLEY TAVARES NASCIMENTO NERY

CRC nº RO-006290/O-0

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade, no setor público. Devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão, prestação de contas e responsabilização (accountability) quanto aos recursos que lhe foram confiados.

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) aprovadas pela Parte V do MCASP 9ª Edição:



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS - SEDAM - EXERCÍCIO 2022

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

				R\$
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	2.835.392,00	4.670.624,40	1.835.232,40
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	1.835.232,40	1.835.232,40
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	2.835.392,00	2.835.392,00	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	7.982.170,43	8.816.952,07	834.781,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	7.982.170,43	8.816.952,07	834.781,64
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	10.817.562,43	13.487.576,47	2.670.014,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	10.817.562,43	13.487.576,47	2.670.014,04
DEFICIT (VI)	-	-	40.302.467,36	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	10.817.562,43	53.790.043,83	2.670.014,04

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal(SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	17.171.225,58	6.919.184,17	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	17.171.225,58	6.919.184,17	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	33.477.911,00	45.380.054,51	43.278.361,44	34.557.617,20	34.556.283,76	2.101.693,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.372.903,00	29.287.784,60	29.285.947,33	29.285.947,33	29.284.613,89	1.837,27
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.105.008,00	16.092.269,91	13.992.414,11	5.271.669,87	5.271.669,87	2.099.855,80
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	1.143.968,00	21.149.748,06	10.511.682,39	6.334.787,53	6.334.787,53	10.638.065,67
INVESTIMENTOS	1.143.968,00	21.149.748,06	10.511.682,39	6.334.787,53	6.334.787,53	10.638.065,67
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	34.621.879,00	66.529.802,57	53.790.043,83	40.892.404,73	40.891.071,29	12.739.758,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	34.621.879,00	66.529.802,57	53.790.043,83	40.892.404,73	40.891.071,29	12.739.758,74
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	34.621.879,00	66.529.802,57	53.790.043,83	40.892.404,73	40.891.071,29	12.739.758,74
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)				
DESPESAS CORRENTES	145.773,03	2.028.327,53	804.595,17	804.595,17	1.156.877,84	212.627,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	145.773,03	2.028.327,53	804.595,17	804.595,17	1.156.877,84	212.627,55
DESPESAS DE CAPITAL	51.308,17	1.286.183,67	200.556,16	200.556,16	1.131.869,62	5.066,06
INVESTIMENTOS	51.308,17	1.286.183,67	200.556,16	200.556,16	1.131.869,62	5.066,06
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	197.081,20	3.314.511,20	1.005.151,33	1.005.151,33	2.288.747,46	217.693,61

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	144.365,10	144.365,10	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	144.365,10	144.365,10	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	144.365,10	144.365,10	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

O Balanço Orçamentário, Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320 de março de 1964, é a demonstração contábil que deve ser elaborada pela administração pública onde discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando os valores previstos e fixados com os efetivamente executados, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.268/09), estruturado para evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

As Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, onde as fontes de recursos utilizadas em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Essas receitas transitam pelo patrimônio da secretaria, aumentam-lhe o saldo financeiro. As Despesas Orçamentárias são valores que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial.

Resultado Orçamentário: seguindo o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o regime orçamentário observa que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente, empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado.

O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas à (fim) de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário, enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita apresentam os valores correspondentes às receitas próprias ou decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas. Além de indicar o resultado orçamentário pela comparação entre a receita arrecadada e a despesa empenhada em linha própria, o demonstrativo ainda evidencia, após a linha "Total" do quadro da receita, a parcela do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do ano anterior, utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, bem como, o montante utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos especiais e extraordinários, com o nome de "SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES".

O Balanço Orçamentário demonstra a execução orçamentária em um determinado exercício, apresentando um resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit). No entanto, em função da utilização, no exercício de referência, do superávit financeiro de exercícios anteriores, identificado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, para abertura de créditos adicionais, o Balanço Orçamentário poderá demonstrar uma situação distinta. Ocorre um desequilíbrio aparente porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte dos itens do Balanço Orçamentário que integram o cálculo do resultado orçamentário.

O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi no exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada e constata-se que toda despesa a ser executada está amparada por uma receita prevista a ser arrecadada no exercício. No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela Lei Orçamentária. Da utilização desse recurso em diante o Balanço Orçamentário passa a demonstrar um desequilíbrio que reflete as regras de contabilização no setor público, ou seja, o reconhecimento da receita no momento da arrecadação e o reconhecimento da despesa no momento do empenho. Com base no exposto, o Balanço Orçamentário definido proporciona ao usuário de suas informações a possibilidade de analisar o seu resultado, confrontando-o com o superávit financeiro de exercícios anteriores, pois apresenta a linha saldos de exercícios anteriores.

O Balanço Orçamentário da Unidade Gestora 180001 – SEDAM, encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Quadro Principal;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processado.

O Quadro Principal apresentará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e é formado por duas seções: quadro da receita e quadro da despesa. As receitas e despesas serão apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também será utilizada complementarmente à classificação por natureza. Em conexo, as receitas deverão ser informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções. O quadro da receita é desdobrado em cinco colunas de informação e evidência a receita orçamentária, especificando a categoria econômica, a origem, e a espécie da receita, sendo que, para cada 'item', é apresentado o valor da previsão inicial, da previsão atualizada, da receita atualizada e o saldo entre a receita realizada e a previsão atualizada.

O quadro da despesa é desdobrado em sete colunas de informação e evidência a despesa orçamentária, especificando a categoria econômica e o grupo de natureza de despesa, sendo que, para cada 'item', é apresentado o valor da dotação inicial, da dotação atualizada, da despesa empenhada, da despesa liquidada, da despesa paga e o saldo da dotação.

NOTA 1-ORÇAMENTO

Da dotação orçamentária esta unidade Gestora 180001 teve sua receita estimada e despesa fixada para o Exercício de 2022 mediante aprovação da Lei nº 5.246 DE 10 DE JANEIRO DE 2022 – Lei Orçamentária Anual, publicada – Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 6.1 Disponibilização: 10/01/2022.

NOTA 2-RECEITA

A previsão de receita inicial e atualizada perfizeram o montante de R\$ 10.817.562,43,. Cumpre salientar que a receita realizada perfaz o valor de R\$ 13.487.576,47, sendo composta por Receita Corrente de R\$4.670.624,40 e Capital de R\$ 8.816.952,07.

Apresentamos abaixo quadro com o detalhamento da arrecadação por fontes:

Demonstrativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Subtotal por UG					
Exercício 2022					
UNIDADE: 180001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental					
180001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambie					
Fonte	Nomenclatura	Orcada	Previsao Atualizada	Arrecadada no Mes	Arrecadada Ate o Mes
100100000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	1.060,69	12.258,50
216000000	1759990100 Demais Transferências de Outras Instituições	0,00	2.835.392,00	0,00	0,00
216000000	2419990100 Outras Transferências De Recursos da União e	0,00	7.982.170,43	0,00	0,00
216100000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	148.086,87	1.263.910,36
216100000	1759990100 Demais Transferências de Outras Instituições	0,00	0,00	0,00	2.835.392,00
216100000	2414990100 Outras Transferências de Convênios da União e	0,00	0,00	0,00	834.781,64
216100000	2419990100 Outras Transferências De Recursos da União e	0,00	0,00	0,00	7.982.170,43
232000000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	23.626,34	559.001,03
256000000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	0,00	0,00
1100000000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	0,00	62,51
1100100000	1321010109 Remuneração de Depósitos Bancários - Aplicação	0,00	0,00	(32,39)	0,00
	Total UG - 180001	0,00	10.817.562,43	172.741,51	13.487.576,47
	Total Consolidado	0,00	10.817.562,43	172.741,51	13.487.576,47

FONTE: SISTEMA DIVE PORT

Observa-se no demonstrativo acima, um superávit na receita, comparando-se a prevista com arrecadada, na ordem de R\$ 2.670.014,04. Deste saldo verificou-se que 1.835.232,40 está registrado na natureza de remuneração de depósitos bancários, ou seja valor de rendimento das contas de investimentos e 8.816.952,07 é receita de capital.

Ainda, a receita realizada em confronto com a despesa empenhada na ordem de R\$ 53.790.043,83 evidencia um déficit na ordem de R\$ 40.302.467,36. Acrescentamos que esta Unidade Gestora não tem natureza arrecadadora, e que as despesas vinculadas a Fonte 0100 são comportadas pelas transferências financeiras realizadas pela Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, nos termos do Decreto 16.883/2012.

E que no quadro de Receitas Orçamentárias constatam-se saldos de exercício anteriores a ordem de R\$ 17.171.225,58 referente crédito adicional por superávit Financeiro, em favor da Unidade orçamentária secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental-SEDAM, para atendimento de despesas correntes e de capital. Deste Montante a receita realizada foi na ordem de R\$ 6.619.184,17.

NOTA 3-DESPESAS

A Despesa Orçamentária desta UG 180001-SEDAM teve dotação inicial na ordem de R\$ 34.621.879,00 e ainda dotação atualizada no montante de 66.529.802,57. As despesas foram executadas no valor de R\$ 53.790.043,83 conforme atividade detalhadas no quadro abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO - 18001 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64 -	
Período: Janeiro a Dezembro de 2022	
PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	
122 - Administração Geral	33.018.041,51
1015 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO	32.950.369,72
2087 - ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	2.606.974,79
2091 - ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS	1.057.447,60
2234 - ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	29.285.947,33
2082 - GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	67.671,79
1492 - REALIZAR CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMAS DAS SEDES DA SE	67.671,79
128 - Formação de Recursos Humanos	262.403,50
1015 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO	262.403,50
2096 - FORMAR, QUALIFICAR E CAPACITAR RECURSOS HUMANOS	262.403,50
541 - Preservação e Conservação Ambiental	408.075,50
2082 - GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	408.075,50
2164 - PROMOVER A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL	408.075,50
542 - Controle Ambiental	20.101.523,32
2082 - GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	20.101.523,32
2229 - PROMOVER A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS	8.884.726,72
2585 - IMPLEMENTAR PROJETO DE INCENTIVO AO REFLORESTAMENTO	296.185,11
2706 - IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS E RESÍDUOS SÓLID	1.093.179,10
2709 - PROTEGER, MONITORAR E CONTROLAR OS RECURSOS NATURAIS	7.657.395,89
2847 - PROMOVER A GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	2.170.036,50
TOTAL	53.790.043,83

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A despesa empenhada perfez R\$ 53.790.043,83, onde deste montante foram liquidadas R\$ 40.892.404,73 dos quais foram pagos R\$ 40.891.071,29, resultando assim em inscrição de restos a pagar, sendo R\$ 12.897.639,10, em inscrição de restos a pagar não processados e R\$ 1.333,44 em restos a pagar processados.

Nota 4- Demonstrativo de Superávit/Déficit

Conforme previsto no art. 43 da Lei 4.320/1964, o superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerado no cálculo de déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercício anteriores. Apresenta Valores somente nas colunas Previsão atualizada e receita realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para empenho de despesas.

Esta Unidade 180001 SEDAM obteve um resultado superavitário de 10.245.521,17 conforme quadro abaixo:

Fonte_Recurso	Disponibilidade Financeira Bruta	Não Processados de Exercícios Anteriores	Não Processados do Exercício Anterior	Empenhos Liquidados a Pagar	Empenhos não Liquidados	Superávit ou Déficit Financeiro (Antes dos Valores Restituíveis)	Valores Restituíveis	Superávit ou Déficit Financeiro Apurado	Demais Valores em Trânsito	Orçamento Utilizado	Saldo Orçamento	A realizar	Realizado
0100 - Recursos Ordinários	588.980,91	0	19.301	1.333	565.941	2.406	2.406	0	2.041	33.212.773	685.429	2,02%	97,98%
0216 - Recursos De Conv. Com Outras Esferas De Gov. E Ongs Firmados	10.031.246,43	0	0	0	5.433.396	4.597.851	0	4.597.850,68	0	10.817.562	0	0,00%	100,00%
0232 - Compensação Financeira Dos Recursos Minerais	1.211.628,00	0	84.803	0	1.126.825	0	0	0	0	2.840.524	2.229.181	43,97%	56,03%
0300 - Recursos Ordinários	19,60	0	0	0	0	20	0	19,600	0	0	0		
0616 - Recursos De Conv. Com Outras Esferas De Gov. E Ongs Firmados	5.778.039,64	0	0	0	4.542.076	1.235.964	0	1.235.964,05	0	5.509.818	2.840.108	34,01%	65,99%
0632 - Compensação Financeira Dos Recursos Minerais	5.081.277,63	113.590	0	0	692.026	4.275.662	0	4.275.661,96	0	871.990	7.328.010	89,37%	10,63%
1100 - Recursos Ordinários	2.135,23	0	0	0	0	2.135	0	2.135,23	0	0	0		
1300 - Recursos Ordinários	671.265,65	0	0	0	537.376	133.890	0	133.889,65	0	537.376	141	0,03%	99,97%
Total Consolidado	23.364,593	113.590	104.104	1.333	12.897.639	10.349.336	103.813	10.245.521,17	2.041	53.790.044	13.082.869	19,56%	80,44%

Neste quadro abaixo demonstra a fonte 999- extra orçamentária, pois o saldo de R\$ 101.408,68 faz parte do saldo de caixa, totalizando assim os R\$ 23.466.001,77 na disponibilidade de caixa.

Fonte_Recurso	Disponibilidade e Financeira Bruta	Não Processados de Exercícios Anteriores	Não Processados do Exercício Anterior	Empenhos Liquidados a Pagar	Empenhos não Liquidados	Superávit ou Déficit Financeiro (Antes dos Valores Restituíveis)	Valores Restituíveis	Superávit ou Déficit Financeiro Apurado	Demais Valores em Trânsito	Orçamento Utilizado	Saldo Orçamento	A realizar	Realizado
9999 - Fonte Extra-Orçamentária	101.408,68	0	0	0	0	101.408,68	101.406,88	1,80	0	0	0		

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
Receita Orçamentária (I)	13.487.576,47	2.696.281,24
Ordinária	12.321,01	39.194,35
Vinculada	13.475.255,46	2.657.086,89
Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Recursos Vinculados a Convênios	12.916.254,43	2.499.158,68
Outras Vinculações de Recursos	559.001,03	157.928,21
Transferências Financeiras Recebidas (II)	44.063.842,58	34.559.911,84
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	35.715.168,85	25.643.328,76
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	8.348.673,73	8.916.583,08
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	23.032.029,53	9.228.692,06
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	12.897.639,10	3.314.511,20
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.333,44	144.365,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.964.022,05	5.769.815,76
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	169.034,94	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)	21.168.647,91	21.125.079,70
Caixa e Equivalente de Caixa	21.168.647,91	21.112.971,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	12.107,74
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	101.752.096,49	67.609.964,84

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
Despesa Orçamentária (VI)	53.790.043,83	29.371.718,16
Ordinária	33.750.149,22	25.510.669,47
Vinculada	20.039.894,61	3.861.048,69
Recursos Vinculados a Convênios	16.327.380,14	1.336.096,39
Outras Vinculações de Recursos	3.712.514,47	2.524.952,30
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	13.191.345,39	9.533.064,03
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	172.311,20	156.750,73
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	13.019.034,19	9.376.313,30
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	11.304.705,50	7.536.534,74
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	1.005.151,33	1.335.189,98
Pagamento de Restos a Pagar Processados	144.365,10	543.325,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.013.205,27	5.628.927,63
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	141.983,80	29.091,76
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Perdas de Investimentos Temporários	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	23.466.001,77	21.168.647,91
Caixa e Equivalente de Caixa	23.466.001,77	21.168.647,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	101.752.096,49	67.609.964,84

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2022			JANEIRO a DEZEMBRO/2021		
	Receita	Deduções	Saldo (c) = (a - b)	Receita	Deduções	Saldo (f) = (d - e)
	Orçamentária (a)	Receita Orçamentária (b)		Orçamentária (d)	Receita Orçamentária (e)	
Ordinária	12.321,01	-	12.321,01	39.194,35	-	39.194,35
Vinculada	13.475.255,46	-	13.475.255,46	2.657.086,89	-	2.657.086,89
Recursos Vinculados a Fundos	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados a Convênios	12.916.254,43	-	12.916.254,43	2.499.158,68	-	2.499.158,68
Outras Vinculações de Recursos	559.001,03	-	559.001,03	157.928,21	-	157.928,21
TOTAL	13.487.576,47	-	13.487.576,47	2.696.281,24	-	2.696.281,24

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Segundo a Lei Federal nº 4.320/64, artigo 103, e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, o Balanço Financeiro demonstra a receita (líquidas das deduções) e despesas orçamentárias, ordinárias e vinculadas, bem como os recebimentos (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de natureza extra, orçamentárias, as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passarão para o exercício seguinte orçamentária. Cabe destacar que o formato do Balanço Financeiro está de acordo com a Lei nº 4.320/1964, conforme a MCASP, em que as receitas e despesas estão evidenciadas por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas. Os Ingressos e os Dispêndios se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios. Receitas e Despesas Orçamentárias Ordinárias compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. Receitas e Despesas Orçamentárias Vinculadas correspondem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem. A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte/destinação de recursos. As fontes/destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extra, orçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

Recebimentos Extra orçamentários compreendem os ingressos não previstos no orçamento, por exemplo:

- a. ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e
- b. inscrição de restos a pagar.

É importante destacar o que dispõe o parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal nº 4.320/64: "Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária." Pagamentos Extra orçamentários evidenciam os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo:

1. relativos a obrigações que representaram ingressos extra orçamentárias (ex. devolução de depósitos); e
2. restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

NOTA 1-RECEITAS

O total das receitas Orçamentária arrecadada no exercício financeiro de 2022, foi de R\$ 13.487.575,47, sendo que R\$ 4.670.624,40 foi o total arrecado de receita corrente, subdividido nos grupos de Receita Patrimonial no valor de R\$: 1.835.232,40 e R\$ 2.835.392,00 foi de transferência corrente.

Controle de Domicílios Bancários por UG e Fonte de Recursos	
UNIDADE: 180001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambie	
ATE O MES: - DEZEMBRO	
0100 Recursos Ordinários	588.980,91
00102757X0000091952	1.001,55
00102757X0000096261	0,00
00102757X0000100005	587.871,35
00102757X0000101206	0,00
00102757X0004001303	108,01
0216 Recursos De Conv. Com Outras Esferas De Gov. E Ongs Firmados Pela Adm.	10.031.246,43
00102757X0000096261	3.297.500,22
00102757X0000096970	6.435.383,33
00102757X0000100145	298.362,88
0232 Compensação Financeira Dos Recursos Minerais	1.211.628,00
00102757X0000100005	1.188.001,66
00102757X0000101206	23.626,34
0256 Cota-Parte Fundo Estadual De Recursos Hídricos - Frh	0,00
00102757X0000091952	0,00
0300 Recursos Ordinários	19,60
00102757X0000100005	0,00
00102757X0004001303	19,60
0616 Recursos De Conv. Com Outras Esferas De Gov. E Ongs Firmados Pela Adm.	5.778.039,64
00102757X0000091952	99.376,25
00102757X0000096261	1.214.316,67
00102757X0000096970	4.431.958,72
00102757X0000100005	3.388,00
00102757X0000100145	29.000,00
0632 Compensação Financeira Dos Recursos Minerais	5.081.277,63
00102757X0000100005	5.081.277,63
00102757X0000101206	0,00
1100 Recursos Ordinários	2.135,23
00102757X0000091952	2.072,72
00102757X0004001303	62,51
1300 Recursos Ordinários	671.265,65
00102757X0000091952	0,04
00102757X0000096970	537.517,10
00102757X0000100005	133.748,51
9999 Fonte Extra-Orçamentária	101.408,68
00102757X0000091952	3.490,35
00102757X0000096261	2.125,01
00102757X0000096970	0,00
00102757X0000100005	93.917,85
00102757X0000101206	1.375,47
00102757X0004001303	500,00
Total Consolidado	23.466.001,77

O recurso no valor de R\$ 11.404.859,15, refere-se a recebimento de recurso federal, oriundo do Banco de Desenvolvimento da Amazônia - BNDS, tratativas em processo 0028.069969/2022-19, distribuído por fonte conforme abaixo;

001 02757X 0000096970 0.2.16.000000	R\$ 142.576,69
001 02757X 0000096970 0.2.16.100000	R\$ 6.292.806,64
001 02757X 0000096970 0.6.16.000000	R\$ 4.431.958,72
001 02757X 0000096970 1.3.00.000000	R\$ 537.517,10
TOTAL	R\$ 11.404.859,15

E ainda o valor de R\$ 4.513.941,90 fazem parte deste recurso é fonte proveniente do contrato celebrado com a Agência Nacional de Águas-ANA, com objetivo de concessão de estímulo financeiro pelo alcance de metas de gerenciamento de Recursos Hídricos no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto pela Gestão das Águas- Progestão, acompanhado através dos processos 0028.319572/2019-70 e 0028.285540/2020-05.

001 02757X 0000096261 0.2.16.000000	R\$ 2.182.067,85
001 02757X 0000096261 0.2.16.100000	R\$ 1.115.432,37
001 02757X 0000096261 0.6.16.000000	R\$ 2.249,32
001 02757X 0000096261 0.6.16.100000	R\$ 1.212.067,35
001 02757X 0000096261 9.9.99.000000	R\$ 2.125,01
TOTAL	R\$ 4.513.941,90

NOTA 2- Pagamentos Extra-Orçamentários.

Abaixo será demonstrado os pagamentos referentes a restos a pagar processados e não processados por fonte:

QUADRO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS:

No quadro de pagamentos extra-orçamentários, observa-se pagamento no valor de R\$: 1.005.151,33, de restos a pagar não processados e pagamentos no valor de R\$: 144.365,10 perfazendo assim um valor total de R\$: 1.149.516,43, demonstrado como dispêndios no balanço orçamentário.

NOTA 2.A - Demonstrativos de Restos a Pagar Processados:

FONTE	NOTA EMPENHO	Nº DO PROCESSO	INSCRIÇÃO DE RPP	RPP CANCELADOS	RPP PAGOS
232	2021NE000135	0028.044365/2020-90	144.365,10	0,00	144.365,10
			144.365,10	0,00	144.365,10

Fonte:Dive Port

Este empenho trata-se de despesa com Locação de veículo com a empresa TB SERVIÇOS, TRANSPORTES, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A. (CNPJ nº 60.924.040/0001-51).

NOTA 2.B-Demonstrativos de Restos a Pagar Não Processados;

Fonte	Inscrito	Cancelado	Pago	A Liquidar	Liquidado a Pagar	A Pagar
100.100	586.970,22	180.867,83	386.801,46	19.300,93	,00	19.300,93
232.000	289.523,28	130.446,76	74.273,90	84.802,62	,00	84.802,62
300.000	37.249,03	30.496,93	6.752,10	,00	,00	,00
616.000	1.177.326,80	798.006,73	379.320,07	,00	,00	,00
632.000	1.420.523,07	1.148.929,21	158.003,80	113.590,06	,00	113.590,06
	3.511.592,40	2.288.747,46	1.005.151,33	217.693,61	0,00	217.693,61

Fonte:Dive Port

A fonte 100.100 são empenhos inscritos em restos no exercício de 2021 referente a taxas, aguardando emissões dessas guias e as demais fontes são contratos com empresas em fase de recebimento conforme justificado no documento Memorando 226 (SEI nº 0033839392) processo: 0028.081948/2022-63.

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23.466.001,77	21.168.647,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	23.466.001,77	21.168.647,91
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.135.751,62	86.106,76
ADIANTEMENTOS CONCEDIDOS	12.875,00	57.015,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.122.876,62	29.091,76
ESTOQUES	418.732,21	327.590,86
ALMOXARIFADO	418.732,21	327.590,86
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	25.020.485,60	21.582.345,53
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	38.110.628,45	35.976.767,40
BENS MOVEIS	19.721.840,40	17.224.075,14
BENS IMÓVEIS	21.489.115,67	20.661.502,97
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(3.100.327,62)	(1.908.810,71)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	38.110.628,45	35.976.767,40
TOTAL DO ATIVO	63.131.114,05	57.559.112,93

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.334,44	531.897,22
PESSOAL A PAGAR	-	143.105,05
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	-	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.334,44	388.792,17
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	144.365,10
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-	144.365,10
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	-	-

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23.466.001,77	21.168.647,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	23.466.001,77	21.168.647,91
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.135.751,62	86.106,76
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	12.875,00	57.015,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.122.876,62	29.091,76
ESTOQUES	418.732,21	327.590,86
ALMOXARIFADO	418.732,21	327.590,86
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	25.020.485,60	21.582.345,53
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	38.110.628,45	35.976.767,40
BENS MOVEIS	19.721.840,40	17.224.075,14
BENS IMÓVEIS	21.489.115,67	20.661.502,97
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(3.100.327,62)	(1.908.810,71)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	38.110.628,45	35.976.767,40
TOTAL DO ATIVO	63.131.114,05	57.559.112,93

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.334,44	531.897,22
PESSOAL A PAGAR	-	143.105,05
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	-	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.334,44	388.792,17
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	144.365,10
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-	144.365,10
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	-	-

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	-	-
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	118.870,25	156.777,12
VALORES RESTITUÍVEIS	103.812,65	152.995,87
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	15.057,60	3.781,25
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	120.204,69	833.039,44
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
DEMAIS RESERVAS	386,64	-
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	386,64	-
RESULTADOS ACUMULADOS	63.010.522,72	56.726.073,49
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	63.010.522,72	56.726.073,49
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63.010.909,36	56.726.073,49
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63.131.114,05	57.559.112,93

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64 Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
Ativo Financeiro	23.466.001,77	21.168.647,91
Ativo Permanente	39.665.112,28	36.390.465,02
Total Ativo (I)	63.131.114,05	57.559.112,93
PASSIVO		
Passivo Financeiro	13.220.478,80	3.808.953,37
Passivo Permanente	15.058,60	535.678,47
Total Passivo (II)	13.235.537,40	4.344.631,84
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	49.895.576,65	53.214.481,09

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64 Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potencias Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64 Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2022	31/12/2021
00 Recursos Ordinários	136.044,48	757.121,42
16 Recursos de Conv. com Outras Esferas de Gov. e ONGS Firmados pela Adm. Direta	5.833.814,73	8.369.720,37
32 Compensação Financeira dos Recursos Minerais	4.275.661,96	8.232.852,75
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	10.245.521,17	17.359.694,54

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Notas Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidência, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública através de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). As principais práticas contábeis utilizadas para o reconhecimento e mensuração de ativos e passivos estão apresentadas no 'item' Base de Elaboração. Destarte, em atenção a NBC – TSP 13, no Balanço Patrimonial deve ser evidenciado na própria demonstração ou em notas explicativas, subclassificações adicionais das contas apresentadas, classificados de acordo com às operações das entidades, ainda, o detalhamento das subclassificações depende dos requisitos das normas vigentes, o da dimensão da natureza e função dos montantes envolvidos.

O Balanço Patrimonial da Unidade Gestora 180001 – Sedam, encontra-se representado pelas seguintes contas:

GRUPO DE CONTAS	2022	2021	AV*		AH*
			2022	2021	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	25.020.485,60	21.582.345,53	39,63%	37%	15%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	38.110.628,45	35.976.767,40	60,37%	63%	6%
SOMA TOTAL	63.131.114,05	57.559.112,93	100,00%	100%	10%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	120.204,69	833.039,44			-85%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0	0			
TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	63.010.909,36	56.726.073,49	99%	99%	11,00%
SOMA TOTAL	63.131.114,05	57.559.112,93			

NOTA 1-Comparação Ativo/Passivo e Patrimônio Líquido.

* AV – análise vertical - montante da conta em relação ao montante do grupo; * AH – análise horizontal - uma passagem temporal, aumento / decréscimo temporal;

Na análise vertical é observado o valor da conta em relação ao total do grupo, a exemplo da conta do ativo circulante sobre o total do ativo. Já na análise horizontal é uma análise temporal, é um comparativo de um exercício para outro.

Sob ótica da análise vertical desse quadro exposto acima, nota-se que o ativo circulante do exercício de 2021 representa 37,5% do total do grupo. Ao comparar essa mesma conta em relação ao exercício atual, a mesma obteve um acréscimo de 15%. Já o ativo não circulante representa 60,37% do total grupo ativo em 2022, percebe-se que o mesmo obteve um acréscimo de 6% em relação ao exercício anterior.

Quanto ao Patrimônio Líquido o mesmo representa 99% nos dois exercícios, pelo fato da inexistência do passivo não circulante, e obteve um acréscimo de 11% em relação a 2021.

Ativo: O ativo compreende os recursos controlados pela entidade, decorrente de eventos passados, dos quais se esperam benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

Ativo Circulante: Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata; ou terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis, compreendendo os ativos realizáveis independentes de autorização orçamentária. Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo no ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo. Conjunto de bens e direitos realizáveis até o término do exercício seguinte.

CONTA	TÍTULO	31/12/2021	31/12/2022
10000000000	ATIVO	57.559.112,93	63.131.114,05
11000000000	ATIVO CIRCULANTE	21.582.345,53	25.020.485,60
11100000000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21.168.647,91	23.466.001,77
11110000000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	21.168.647,91	23.466.001,77
11111000000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	20.222.515,43	16.377.796,77
11111020000	CONTA ÚNICA	0,00	0,00
11111020100	=CONTA ÚNICA - BANCO DO BRASIL	0,00	0,00
11111190000	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	20.222.515,43	16.377.796,77
11111190100	=BCO CONTA MOVIMENTO - BANCO DO BRASIL	20.222.515,43	16.377.796,77
11112000000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	946.132,48	7.088.205,00
11112400000	RECURSOS LIBERADOS PELO TESOUREIRO	946.132,48	7.088.205,00
11112400100	LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	946.132,48	7.088.205,00
11112400101	=LIMITE DE SAQUE	946.132,48	7.085.028,36
11112400102	LIMITE DE SAQUE - BLOQUEADO	0,00	3.176,64
11300000000	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	86.106,76	1.135.751,62
11310000000	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	57.015,00	12.875,00
11311000000	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	57.015,00	12.875,00
11311020000	SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	3.000,00
11311990000	ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	57.015,00	9.875,00
11311990100	=DIARIAS	57.015,00	9.875,00
11380000000	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	29.091,76	1.122.876,62
11381000000	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	29.091,76	2.040,62
11381060000	VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	29.091,76	2.040,62
11381060400	=ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS A COMPENSAR	0,00	0,00
11381061100	=DEBITOS BANCARIOS ENERGIA ELETRICA A REGULARIZAR	0,00	0,00
11381061200	=DEBITOS BANCARIOS AGUA ENCANADA A REGULARIZAR	0,00	0,00
11381061300	=DEBITOS BANCARIOS TELEFONE A REGULARIZAR	0,00	0,00
11381061700	=DESPESA BANCÁRIAS A REGULARIZAR	29.091,76	2.040,62
11382000000	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	0,00	1.120.836,00
11382020000	=CREDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PERMISSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	1.120.836,00
11500000000	ESTOQUES	327.590,86	418.732,21
11560000000	ALMOXARIFADO	327.590,86	418.732,21
11561000000	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	327.590,86	418.732,21
11561010000	=MATERIAL DE CONSUMO	327.590,86	418.732,21

NOTA 2- Caixa e Equivalente de Caixa:

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Vale destacar que o saldo apresentado na conta 11112400100 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO, encontra-se depositado na Conta Única do Estado, no controle de repasse financeiro da conta única do estado em atendimento ao princípio da unidade de caixa, conforme art.56 da Lei4.320/64;

"Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais."

Na comparação do exercício anterior, que contabilizou R\$ 946.132,48, para o atual exercício contabilizado em R\$ 7.086.028,36, houve um aumento significativo nesta conta. Isso se deu em razão da fonte de recursos minerais, a fonte 0232, passar a ser controlada pela Secretaria de Finanças- Sefin, e todo recurso proveniente desta fonte, para execução de despesa só foi repassada mediante solicitação através processo 0028.072645/2022-50.

NOTA 3- Créditos e Valores a Curto Prazo:

Compreendem os direitos a receber relacionados, principalmente, pelo fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Política Contábil - Créditos a Curto Prazo: Aportando-se aos Créditos a Curto Prazo, o grupo Valores em Trânsito compreende o somatório dos valores contabilizados indevidamente em conta bancária, guia de recebimento e ordens bancárias emitidas a compensar, 'vide' Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP. Assim, para melhor equilíbrio orçamentário e financeiro, consistência dos dados contábeis e conseqüentemente composição confiável e transparente da disponibilidade de caixa, a partir da publicação do Decreto n. 20.339, de dezembro de 2015, os débitos realizados em contas bancárias do Poder Executivo sem autorização prévia e expressa, não regularizados até o último dia útil do mês de ocorrência passaram a ser registrados em Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo (113810600). Portanto, esses débitos referem-se às saídas financeiras que não cumpriram os estágios da despesa orçamentária, portanto, não são passíveis de reconhecimento em conta própria de variação patrimonial, mas que, em virtude das características qualitativas da informação, devem ser registradas de acordo com seus fatos geradores. Deste modo, embora o grupo Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo possua atributo "F" não retrata de fato uma disponibilidade financeira, exceto a conta 1.1.3.8.1.06.04 "F" – Ordens Bancárias a Compensar, considerando a saída no banco, devendo então, ser desconsiderado da composição do Superávit Financeiro Apurado em confronto do Ativo Financeiro e Passivo Financeiro, a fim de que o superávit passe a ser fonte para abertura de crédito orçamentário, apenas no montante de sua efetiva liquidez. Desta forma, para o cálculo do superávit, será incluída apenas a conta 1.1.3.8.1.06.04 "F" – Ordens Bancárias a Compensar, que representa disponibilidade factível por se tratar de repasses financeiros entre unidades gestoras. Cabe lembrar, que essa política instituída pelo Estado de Rondônia coaduna com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 23, de 21 de novembro de 2019, nos termos que política em questão reproduz princípio, base, convenção, regra e prática aplicada a todas as Unidades Gestoras do Estado de Rondônia. Por fim, tal conduta contábil que possibilita e melhora a informação não dispensa a confecção de Notas Explicativas, suficientes a elucidar a composição do Quadro de Superávit/Déficit Financeiro, com a devida aplicação da política definida.

Os valores de adiantamentos concedidos aos Servidores por Diárias e Suprimentos de Fundos, apresentam processos administrativos e seguem o curso normal orçamentário e financeiro devidamente autorizados pelos responsáveis.

Estoques: Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração, para a venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

NOTA 4- Estoque de Material e Insumo

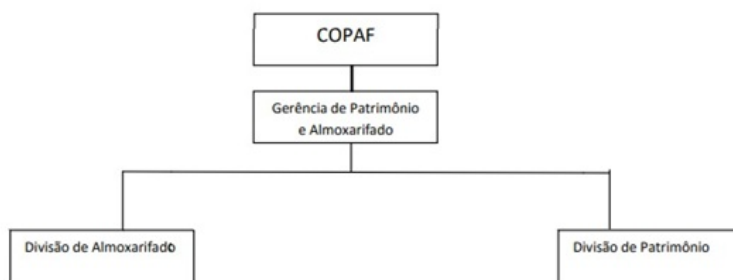
Apresentou no final do exercício o saldo de R\$ 418.732,21, sendo este saldo instruído pelo processo de baixa de consumo no decorrer do ano, conforme processo administrativo nº 0028.052881/2021-79.

ALMOXARIFADO

Os procedimentos de controle e gerenciamento dos materiais são realizadas pela Gerência de Patrimônio e Almoarifado desta Secretaria.

O Almoarifado, funciona numa estrutura física tipo "galpão", medindo 175m² e com a capacidade de armazenado de 700m³. Onde fica acondicionado todo material recebido pelas aquisições realizadas pela SEDAM, em prédio próprio situado na Estrada de Santo Antônio, 5323 – Bairro Triângulo, em Porto Velho/RO, que, em função de sua peculiaridade e fins estratégicos, não se mudou para o Centro Político-Administrativo-CPA, conquanto inviabilizaria a dinâmica da atividade da Gerência. Quanto aos materiais, estes encontram-se armazenados em condições satisfatórias. O procedimento adotado para o controle dos materiais, adquiridos, seja as entradas são registradas com base nas notas fiscais e a saída por requisições, devidamente datadas e assinadas pelos responsáveis dos setores.

A Gerência de Patrimônio e Almoarifado-GPA compõe a estrutura da Coordenação de Patrimônio, Administração e Finanças – COPAF da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, contando com a seguinte estrutura:



ATIVO NÃO CIRCULANTE

Nesse grupo de contas são registrados os elementos patrimoniais de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da entidade, assim como os direitos exercidos com essa finalidade, ou que podem ser convertidos em caixa após um período de 12 meses, com base na data da elaboração das demonstrações contábeis.

O ativo não circulante está subdividido em contas contábeis conforme tabela abaixo:

CONTA	TÍTULO	31/12/2021	31/12/2022
12000000000	ATIVO NÃO CIRCULANTE	35.976.767,40	38.110.628,45
12300000000	IMOBILIZADO	35.976.767,40	38.110.628,45
12310000000	BENS MOVEIS	17.224.075,14	19.721.840,40
12311000000	BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	17.224.075,14	19.721.840,40
12311010000	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	1.333.119,41	755.630,80
12311010100	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	182.705,32	255.809,65
12311010200	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	138.202,47	38.111,06
12311010300	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS	171.182,97	100.933,50
12311010500	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	4.084,95	160,00
12311010600	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	8.098,97	80.848,93
12311010700	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	443.174,97	129.767,73
12311010800	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	2.448,50	0,00
12311010900	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	1.399,37	3.339,17
12311011200	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	0,00	10.255,00
12311011300	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	251.988,66	90.696,72
12311011400	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	90,21	90,21
12311011500	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO AO VOO	0,00	0,00
12311011700	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	217,95	217,95
12311011900	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS	6.375,90	0,00
12311012000	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS	115.195,27	42.172,70
12311012100	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	6.959,47	2.343,75
12311019900	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	994,43	884,43
12311020000	BENS DE INFORMÁTICA	3.981.398,97	2.089.304,16
12311020100	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3.966.389,27	2.082.765,78
12311020200	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15.009,70	6.538,38
12311030000	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.766.842,19	1.095.870,75
12311030100	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	206.976,83	141.701,62
12311030200	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	55.973,40	5.595,42
12311030300	MOBILIÁRIO EM GERAL	1.168.616,75	728.095,90
12311030400	UTENSÍLIOS EM GERAL	335.275,21	220.477,81
12311040000	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	482.141,14	447.754,28
12311040200	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	221,90	0,00
12311040500	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	481.919,24	447.754,28
12311050000	VEÍCULOS	9.612.540,41	15.333.280,41
12311050100	VEÍCULOS EM GERAL	32.668,51	163.172,35
12311050300	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	9.278.231,89	13.672.574,00
12311050500	AERONAVES	0,00	969.135,76
12311050600	EMBARCAÇÕES	301.640,01	528.398,30
12311090000	ARMAMENTOS	2.656,68	0,00
12311990000	DEMAIS BENS MÓVEIS	45.376,34	0,00
12311990200	BENS EM PODER DE OUTRA UNIDADE OU TERCEIROS	45.376,34	0,00
12320000000	BENS IMÓVEIS	20.661.502,97	21.489.115,67
12321000000	BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	20.661.502,97	21.489.115,67
12321010000	BENS DE USO ESPECIAL	20.510.240,58	21.297.215,67
12321010300	EDIFÍCIOS	6.829.458,25	6.699.742,28
12321010400	TERRENOS/GLEBAS	13.680.782,33	13.306.279,99
12321012200	POSTOS DE FISCALIZAÇÃO	0,00	1.291.193,40
12321070000	INSTALAÇÕES	151.262,39	191.900,00
12380000000	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-1.908.810,71	-3.100.327,62
12381000000	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-1.908.810,71	-3.100.327,62
12381010000	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-1.908.810,71	-3.100.327,62
12381010100	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS	-195.953,60	-244.287,92
12381010200	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	-561.964,85	-991.615,28
12381010300	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	-397.570,98	-525.718,46
12381010400	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	-23.665,95	-79.357,00
12381010500	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	-729.088,61	-1.257.896,74
12381010900	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE ARMAMENTOS	-566,72	-1.452,22

NOTA 5- Bens Móveis

São considerados como bens móveis os bens com existência material podendo ser transportados sem alteração da substância ou da destinação econômica-social.

No exercício de 2022, esta unidade gestora finalizou o exercício com o saldo correspondente a R\$19.721.840,40, conforme demonstrado na tabela acima.

Durante o Exercício de 2022 foram realizado diversos ajustes no sistema SIGEF, conforme processo 0028.071150/2022-11. Na tabela abaixo, compare-se saldos do exercício anterior e exercício atual.

CONTA	BENS MÓVEIS	2021	2022	*AH%
1231100000	BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	17.224.075,14	19.721.840,40	14%
12311010000	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS	1.333.119,41	755.630,80	-43%
12311020000	BENS DE INFORMÁTICA	3.981.398,97	2.089.304,16	-47%
12311030000	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.766.842,19	1.095.870,75	-0,37%
12311040000	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	482.141,14	447.754,28	-7%
12311050000	VEÍCULOS	9.612.540,41	15.333.280,41	60%
12311090000	ARMAMENTOS	2.656,68	0,00	-100%
12311990000	DEMAIS BENS MÓVEIS	45.376,34	0,00	-100%

FONTE: Balancete de verificação mês 12/2022-DIVE PORT.

AH – análise horizontal - uma passagem temporal, aumento / decréscimo temporal.

Conforme detalhado na tabela acima, observa-se um aumento em 14% na conta dos bens móveis se comparado ao exercício anterior. Destaca-se a conta contábil 123110500 com aumento em aproximadamente 60%.

Isso ocorreu devido as aquisições de veículos e embarcações que esta unidade gestora adquiriu no decorrer do ano de 2022. Dentre essas aquisições podemos citar embarcações adquiridas no valor de R\$ 1.726.495,35 através do Preço Eletrônico-669/2021 ID(0022325503)apensado processo 0028.231692/2021-61. Esses bens foram adquiridos para atender os trabalhos de fiscalização promovendo ações integradas de forma eficiente e abrangente, buscando utilizar os mais diversos meios nas ações de prevenção e repressão aos ilícitos ambientais.

Vale destacar que unidade gestora 180011 (Fundo Especial de Proteção Ambiental-FEPRAM) realiza transferências de bens para a unidade gestora 180001-SEDAM,em obediência a LEI 3.744 DE 2015.

Visando obter um controle sobre os Bens Móveis a Gerência de Patrimônio e Almoxarifado, foi realizado o Inventário Físico-Financeiro de Bens Móveis, conforme Relatório SEDAM-CCI (0022001910) anexado no processo SEI nº 0028.418717/2021-39. Diante deste relatório, os bens inservíveis foram desreconhecido do grupo de ativo imobilizado por não atenderem os critérios contábeis de ativo, dentre eles o controle e geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Oportuno frisar que tais saldos foram registrados na conta de controle 8.9.1.2.9.0.6.01.00- Desincorporação de Ativos por inservibilidade, Desfalque e Não localizados. O processo de desfazimento de tais bens foi instaurado sob n.0028.000045/2023-71

Esta Setorial realizou ajustes de acordo com planilha Adendo - Planilhas Gerais do Inventário da SEDAM (SEI nº 0034659422) e Adendo PLANILHA - BENS INCORPORADOS A PARTIR DE 11/02/22 (SEI nº 0034721830). No entanto, após os ajustes ainda incorreram divergências entre o saldo contábil e o valor apresentado no TC15. Fato este informado no processo através do documento sob ID (0035027316).

A Depreciação acumulada foi registrada mensalmente conforme processo 0028.054803/2022-90, registrado no final do exercício um total de R\$ 3.100.327,62.O valor líquido do balancete contabiliza R\$ 16.622.965,00 apresentando uma diferença em comparação ao TC15(ID0035562347)no valor de R\$ 1.418.449,34. Esta divergência está sendo apurada conforme processo: 0028.004383/2023-81.

CONTA CONTÁBIL	VALOR CONTÁBIL	depreciação	líquido
123110100	R\$ 755.630,80	-R\$ 244.287,92	R\$ 511.342,88
123110200	R\$ 2.089.304,16	-R\$ 991.615,28	R\$ 1.097.688,88
123110300	R\$ 1.095.870,75	-R\$ 525.718,46	R\$ 570.152,29
123110400	R\$ 447.754,28	-R\$ 79.357,00	R\$ 368.397,28
123110500	R\$ 15.333.280,41	-R\$ 1.257.896,74	R\$ 14.075.383,67
123110199		-R\$ 1.452,22	
	R\$ 19.721.840,40	-R\$ 3.100.327,62	R\$ 16.622.965,00

Informamos que os métodos, procedimentos e rotinas da Contabilidade, são determinadas pela Contabilidade Geral do Estado de Rondônia - COGES, que conforme Lei Complementar 911 de 12 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021 e Decreto nº 22.180, de 8 de agosto de 2017, relaciona os Processos e Rotinas das Unidades Setoriais e Seccionais, bem como, disciplina o exercício da supervisão técnica e a orientação normativa dos processos pertinentes à contabilidade relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Pública. Todo mês são encaminhados à Contabilidade Geral do Estado de Rondônia o relatório de conformidade contábil, os quais informam sobre as ocorrências relevantes nas contas patrimoniais e de controle, além do envio dos processos de conciliação bancária entre outros documentos solicitados.

A consistência dos lançamentos contábeis efetuados, são analisadas ainda através dos relatórios disponibilizados no DIVER PORT, dos relatórios extraídos do SIGEF, entre outros fornecidos pelos demais setores conforme demanda.

Anualmente, são geradas as demonstrações contábeis a partir do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF. A conferência dos saldos das demonstrações, bem como a emissão das Notas explicativas seguem as orientações do 6º Edição do Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis - MCDC/COGES-RO, aprovado pela Portaria nº 14 de 20 de janeiro de 2023. A fim de avaliar a confiabilidade e consistência das demonstrações contábeis e são aplicados os Testes de Consistência.

Compete a Setorial GPA realizar atividades patrimoniais nos moldes do que diz a IN 05/2019/SEPAT-COCEN, ou seja, tudo que se refere acerca do reconhecimento, mensuração e evidenciação, além dos procedimentos de avaliação, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação dos ativos imobilizados e amortização dos intangíveis do Poder Executivo do Estado de Rondônia.

Destaque-se ainda que há no âmbito do Poder Executivo estadual, sistema de controle de patrimônio, denominado E-estado, no entanto, considerando as questões de operacionalidade, a relação de bens extraídos pela Comissão de Inventário do sistema E-estado, apresentou divergências com o real patrimônio da unidade. Considerando-se também a dificuldades enfrentadas durante todo exercício com os sistema E-estado o qual gera os documentos de suporte gerados, dificuldades essas relatadas no Ofício 5476 (0034050584) o qual orienta a adoção de controles auxiliares, ainda restam ajustes a serem feitos.

Ainda foi nomeada uma comissão de inventário para o exercício de 2022, através de documento Portaria 24/2022 ID SEI (0028590483) apensado processo 0028.072273/2022-61 e o relatório do inventário foi entregue conforme processo administrativo 0028.085693/2022-16 - Relatório 0034659403, todavia a comissão segue os trabalhos para a conclusão em 2023. O saldo dos grupo de contas dos bens móveis estão evidenciados no **Anexo TC - 15** apensado no processo: 0064.700045/2023-29.

NOTA 6-IMOBILIZADO

Imobilizado Os bens imóveis registrados no Balanço Patrimonial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental, ao final do exercício de 2022, estão divididos da seguinte forma:

De acordo com inventário de bens imóveis reavaliado pela SEPAT, entre o exercício financeiro de 2021 2022 a conta nº 123210100 (Bens Imóveis), apresenta um saldo de **R\$ 21.489.115,67**, desta Secretária pela Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT em cumprimento com as atribuições prevista na Lei Complementar nº 965 de dezembro de 2017.conforme discriminado abaixo:

CONTA CONTÁBIL	TÍTULO	SALDO INICIAL	ENTRADA	SAÍDA	SALDO FINAL
1232000000	BENS IMÓVEIS	20.661.502,97	1.419.401,26	591.788,56	21.489.115,67
1232100000	BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	20.661.502,97	1.419.401,26	591.788,56	21.489.115,67
12321010000	BENS DE USO ESPECIAL	20.510.240,58	1.378.763,65	591.788,56	21.297.215,67
12321010300	EDIFÍCIOS	6.829.458,25	87.570,25	217.286,22	6.699.742,28
12321010400	TERRENOS/GLEBAS	13.680.782,33	0,00	374.502,34	13.306.279,99
12321012200	POSTOS DE FISCALIZAÇÃO	0,00	1.291.193,40	0,00	1.291.193,40
12321070000	INSTALAÇÕES	151.262,39	40.637,61	0,00	191.900,00
TOTAL IMOBILIZADO		20.661.502,97	1.419.401,26	591.788,56	21.489.115,67

Conforme demonstrado acima, observa-se uma entrada no valor de R\$ 1.291.193,40 referente a um posto localizado em JI Paraná, o qual foi registrado através de uma NL - Nota de Lançamento (0035988714) que cita em histórico o processo (0030.073561/2021-11).

Considerando a Instrução Normativa nº 005/2019/SEPAT-COCEN, o qual regulamenta o reconhecimento, mensuração e evidenciação, além dos procedimentos de avaliação, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação dos ativos imobilizados e amortização dos intangíveis do Poder Executivo do Estado de Rondônia, menciona em seu artigo 25:

"art. 25 Os bens imóveis passarão por procedimentos de reavaliação periodicamente, com intervalos que poderão variar de três a cinco anos, conforme as características do imóvel, as características de utilização e a realidade da unidade gestora".

O saldo do imobilizado encontra-se conciliado com TC 16 conforme tratativas processo 0028.002467/2023-81.

ESTADO DE RONDÔNIA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL INVENTÁRIO FÍSICO-FINANCEIRO DOS BENS IMÓVEIS				EXERCÍCIO DE 2022 3º QUADRIMESTRE ANEXO TC - 16
Nº	CARTÓRIO	IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	VALOR CONTABILIZADO (R\$)
10.818	1º REGISTRO DE IMÓVEL DE VILHENA	TERRENO DA ERGA DE VILHENA	MUNICÍPIO DE VILHENA	232.915,50
10.819	1º REGISTRO DE IMÓVEL DE VILHENA	TERRENO DA ERGA DE VILHENA	MUNICÍPIO DE VILHENA	232.915,50
10.820	1º REGISTRO DE IMÓVEL DE VILHENA	PRÉDIO DA ERGA DE VILHENA	MUNICÍPIO DE VILHENA	284.825,66
3.818	COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM	TERRENO DA ERGA DE GUAJARÁ-MIRIM	MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM	46.805,50
3.818	COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM	PRÉDIO DA ERGA DE GUAJARÁ-MIRIM	MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM	189.649,97
7.216	1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	ERGA - PRÉDIO EM ARIQUEMES	MUNICÍPIO DE ARIQUEMES	114.140,51
7.216	1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	ERGA - TERRENO EM ARIQUEMES	MUNICÍPIO DE ARIQUEMES	699.968,00
22.123	1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	TERRENO DO BANCO DE SEMENTES DE ESSÊNCIAS FLORESTAL - SEDAM	MUNICÍPIO DE ARIQUEMES	503.060,72
22.123	1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	PRÉDIO DO BANCO DE SEMENTES DE ESSÊNCIAS FLORESTAL - SEDAM	MUNICÍPIO DE ARIQUEMES	158.051,99
27.378	1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	PRÉDIO EM PORTO VELHO	MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	3.096.800,47
27.378	1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	TERRENO EM PORTO VELHO	MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	10.220.226,21
27.378	1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	IMOBILIZADO PREDIO COGEO - REFORMA - MELHORIA	MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	191.900,00
4.731	COMARCA DE ALTA FLORESTA	PRÉDIO DA ERGA DE ALTA FLORESTA	MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA	98.413,59
S/N	COMARCA DE COSTA MARQUES	PRÉDIO DA ERGA DE COSTA MARQUES	MUNICÍPIO DE COSTA MARGUES	223.389,28
S/N	COMARCA DE COSTA MARQUES	TERRENO DA ERGA DE COSTA MARQUES	MUNICÍPIO DE COSTA MARGUES	118.429,89
4.695	COMARCA DE BURITIS	TERRENO EM BURITIS	MUNICÍPIO DE BURITIS	404.799,47
432	REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	PRÉDIO EM PIMENTA BUENO	MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO	1.765.747,53
432	REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	TERRENOS DE PIMENTA BUENO	MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO	114.193,80
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	TERRENO DE CACOAL	MUNICÍPIO DE CACOAL	74.380,03
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	PRÉDIO DE CACOAL	MUNICÍPIO DE CACOAL	115.746,02
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	ERGA DE COLORADO DO OESTE PRÉDIO	MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE	282.942,05
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	ERGA DE COLORADO DO OESTE TERRENO	MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE	132.473,20
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	ERGA DE CEREJEIRAS PRÉDIO	MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS	201.085,10
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	ERGA DE CEREJEIRAS TERRENO	MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS	365.241,14
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	ERGA DE PIMENTEIRAS DO OESTE PRÉDIO	MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS	168.950,11
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	ERGA DE PIMENTEIRAS DO OESTE TERRENO	MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS	160.871,03
S/N	NÃO TEM REGISTRO DE IMÓVEL	ERGA JI-PARANÁ	MUNICÍPIO DE JI-PARANA	1.291.193,40
TOTAL GERAL				R\$ 21.489.115,67

Nota 7 - Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada

Os bens dessa unidade gestora foram depreciados conforme relatório de gestão gerado pelo sistema E-estado, conforme o processo administrativo nº 0028.052881/2021-79, instruído pela Gerência de Patrimônio e Almoxarifado. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 418.732,21.

NOTA - 8 Fonte de Recursos

O quadro de Superávit/Déficit Financeiro é a diferença positiva entre o ativo e o passivo financeiro, podendo ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais. No exercício de 2021, o superávit apurado foi no total de R\$ 17.359.694,54, este valor encontram-se todos registrado na fonte 00 - Recursos Ordinários, fonte 16 Recursos de Conv. com Outras Esferas de Gov. e ONGS Firmados pela Adm. Direta e na fonte 32 -

Compensação Financeira dos Recursos Minerais.

O superávit financeiro poderá ser aberto conforme discricionariedade do ordenador de despesas, em conformidade com o artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64. Segue quadro demonstrando superávit por domicílio bancário:

FONTES DE RECURSO		31/12/2022	31/12/2021
00	Recursos Ordinários	136.044,48	757.121,42
16	Recursos de Conv. com Outras Esferas de Gov. e ONGS Firmados pela Adm.	5.833.814,73	8.369.720,37
32	Compensação Financeira dos Recursos Minerais	4.275.661,96	8.232.852,75
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		10.245.521,17	17.359.694,54

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

O Superávit da fonte 232 foi discriminado no processo 0028.072645/2022-50 documento Ofício 432 (SEI nº 0035151252).

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.835.232,40	401.355,92
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.835.232,40	401.355,92
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	58.881.417,52	41.968.065,80
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	46.706.687,75	39.711.007,76
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	8.869.639,07	2.257.058,04
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	2.835.392,00	-
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	469.698,70	-
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	60.473,21
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-	19.934,12
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	40.539,09
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	810,00	37.867,28
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	810,00	37.867,28
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	60.717.459,92	42.467.762,21

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	28.877.205,32	21.078.832,74
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	25.325.530,32	17.923.008,13
ENCARGOS PATRONAIS	3.455.586,67	2.940.877,51
BENEFÍCIOS A PESSOAL	96.088,33	214.947,10
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	339.586,78	348.599,68
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	339.586,78	348.599,68
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	7.321.357,55	6.678.255,18
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	779.862,09	352.367,66
SERVIÇOS	4.989.846,41	5.408.479,33
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.551.649,05	917.408,19
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	14.482.298,40	9.546.894,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	14.251.320,10	9.533.894,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	171.554,40	-
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	59.423,90	13.000,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.346.145,78	435,73
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	2.763.724,32	-
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	29.364,95	435,73
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	553.056,51	-
TRIBUTÁRIAS	65.516,86	33.559,37
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	46.751,80	31.872,45
CONTRIBUIÇÕES	18.765,06	1.686,92
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	900,00	300,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	900,00	300,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	54.433.010,69	37.686.876,70
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	6.284.449,23	4.780.885,51

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS DAS DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das variações patrimoniais (DVP) evidencia alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Por meio dela é possível verificar o resultado patrimonial do exercício apurado na DVP, pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. (MCASP, parte V, 8ª Ed. 2018).

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
	2022	2021	AH%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	60.717.459,92	42.467.762,21	43%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	54.433.010,69	37.686.876,70	44%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	6.284.449,23	4.780.885,51	31%

NOTA 1-Resultado Patrimonial

No exercício de 2022, a SEDAM apresentou um resultado a maior em 31% se comparado ao mesmo período do exercício anterior, apresentando um resultado patrimonial em R\$ 6.284.449,23.

NOTA 2-Receita Imobiliária

Compreende o saldo de R\$ 1.835.232,40, demonstrado nesse grupo de contas, representa toda a receita realizada proveniente das contas bancárias registradas e contabilizadas mensalmente.

NOTA 3- Transferências Correntes

Este recurso no valor de R\$ 8.869.639,07 refere-se a recebimento de recurso federal, oriundo do Banco de Desenvolvimento da Amazônia - BNDS. Em comparação ao ano anterior, que registrou R\$ 2.257.058,04, percebe-se um aumento aproximadamente de 250%.

NOTA 4-Transferências e Delegações Recebidos

O valor de R\$ 46.706.687,75 refere-se a transferência financeira da unidade gestora 140001 - Tesouro Estadual para a 180001 - SEDAM, tendo em vista que a SEDAM não é uma unidade arrecadadora, e suas despesas são custeadas com recurso ordinário, entre essas despesas estão as de folha de pagamento de servidores, água, luz, energia elétrica, combustível e internet.

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
R\$		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	67.684.476,04	43.038.116,58
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	1.835.232,40	401.355,92
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	37.867,28
Transferências recebidas	55.716.186,65	36.816.969,88
Outros ingressos operacionais	10.133.056,99	5.781.923,50
Desembolsos	58.851.778,49	42.439.990,27
Pessoal e demais despesas	33.157.992,48	26.026.860,09
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	15.538.596,94	10.755.110,79
Outros desembolsos operacionais	10.155.189,07	5.658.019,39
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	8.832.697,55	598.126,31
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	-
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	6.535.343,69	542.450,36
Aquisição de ativo não circulante	6.535.343,69	542.450,36
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(6.535.343,69)	(542.450,36)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	-	-
Operações crédito	-	-
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
Desembolsos	-	-
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	2.297.353,86	55.675,95
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	21.168.647,91	21.112.971,96
Caixa e Equivalente de Caixa Final	23.466.001,77	21.168.647,91

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	8.816.952,07	2.257.058,04
da União	8.816.952,07	2.257.058,04
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	44.063.842,58	34.559.911,84
Outras transferências recebidas	2.835.392,00	-
Total das Transferências Recebidas	55.716.186,65	36.816.969,88
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	171.554,40	-
a União	171.554,40	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	15.367.042,54	10.755.110,79
Outras transferências concedidas	-	-
Total das Transferências Concedidas	15.538.596,94	10.755.110,79

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	33.157.992,48	26.026.860,09
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	33.157.992,48	26.026.860,09

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiros dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. A Demonstração de Fluxos de Caixa do Estado de Rondônia, permite a avaliação das saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo.

NOTA 1-FLUXO OPERACIONAL

Os fluxos de caixa operacionais consolidados do setor público em sentido amplo proporcionam uma indicação da medida do volume de recursos que o governo vem financiando suas atividades correntes por meio da tributação e outras cobranças.

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da DFC é correspondente ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, em 31 de dezembro de 2022, a geração líquida de caixa foi positiva em R\$ 2.297353,86 comparado ao mesmo período de 2021 houve um acréscimo de aproximadamente 40% conforme quadro abaixo:

RESULTADO FINANCEIRO BFXDFC	2022	2021	AH
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	R\$ 21.168.647,91	R\$ 21.112.971,96	0,26%
Caixa e Equivalente de Caixa Final	R\$ 23.466.001,77	R\$ 21.168.647,91	10%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	2.297.353,86	55.675,95	40,26%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTA 2-Renumeração de Disponibilidade

Compreende o saldo de R\$ 1.835.232,40, demonstrado nesse grupo de contas, representa toda a receita realizada proveniente das contas bancárias registradas e contabilizadas mensalmente.

NOTA 3-Caixa e Equivalente de Caixa

No Exercício de 2022 o caixa e Equivalente de Caixa, apresenta o saldo de R\$ 23.466.001,77, referente a saldos financeiros nas contas bancárias que são contabilizados mensalmente no SIAGEF e encaminhadas para homologação da Contabilidade Geral do Estado-COGES.

NOTA 4- Transferências Recebidas Intergovernamentais

Este recurso no valor de R\$ 8.816.952,07 , refere-se a recebimento de recurso federal, oriundo do Banco de Desenvolvimento da Amazônia - BNDS.

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64 Exercício de 2022

Valores em R\$

Mês Referência: Dezembro	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais							56.726.073,49		56.726.073,49
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	6.284.449,23	-	6.284.449,23
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição / Reversão de reservas	-	-	-	-	-	386,64	-	-	386,64
Dividendos a distribuir (R\$. . . por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos Finais						386,64	63.010.522,72		63.010.909,36

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

Módulo de Contabilidade

ROSICLEY TAVARES NASCIMENTO NERY

Analista Contábil / COGES

Setorial / SEDAM-FEPRAM-FRHRO-FUNCLIMA

MARCO ANTÔNIO GARCIA DE SOUZA

Coordenador de Patrimônio, Administração e Finanças

SEDAM-FEPRAM-FRHRO-FUNCLIMA

MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE M. LAGOS

Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEDAM-FEPRAM-FRHRO-FUNCLIMA



Documento assinado eletronicamente por **Rosicley Tavares Nascimento Nery**, Contador(a), em 14/03/2023, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS**, Secretário(a), em 15/03/2023, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Garcia de Souza, Coordenador(a)**, em 15/03/2023, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0035985944** e o código CRC **CA2DF36C**.

Referência: Caso responda este(a) Demonstrativo de Resultado, indicar expressamente o Processo nº 0028.003128/2023-11

SEI nº 0035985944